

Demografia, Economia e Proteção Social - Que desafios para 2030?

Tendências Demográficas, Capital Humano
e Padrões de Morbilidade

Teresa Rodrigues



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

ÍNDICE

I. Introdução	3
1.1 Onde estamos. As tendências pesadas	3
1.2 Onde estamos. A realidade nacional e as tendências de mudança	8
1.3 Para onde vamos. Como se desenha hoje o Portugal das próximas décadas	12
1.4 Para onde vamos. O que fazer. A aposta em vetores estratégicos	17
II. Hipotese 1: A demografia como driver da economia	21
III. Hipotese 2: A economia como driver da demografia	29
Referências	32

INTRODUÇÃO

Um dos desafios estruturais com os quais a sociedade portuguesa se confronta na atualidade reside na insegurança relacionada com a evolução dos principais indicadores demográficos e o seu impacto em termos de desenvolvimento económico e níveis de bem-estar social. Como principais incertezas destacam-se as geradas direta ou indiretamente pelo rápido envelhecimento da estrutura etária dos residentes, pela manutenção de níveis baixos de fecundidade e pela reduzida atratividade migratória. Portugal é o 5º país mais envelhecido do Mundo, existem (2018) mais de 157 idosos por cada 100 jovens, o número médio de filhos por mulher (1,4), está muito aquém do necessário para garantir a renovação das gerações (2,1) e os imigrantes residentes não representam mais de 5% do total (PORDATA).

Este texto procura contribuir para uma discussão informada sobre a relação entre dinâmicas populacionais, crescimento económico e qualidade de vida em Portugal. Para tanto retrata a situação atual e as tendências pesadas que caracterizam as dinâmicas demográficas portuguesas e os desafios, riscos e oportunidades que resultam da evolução esperada do volume e perfil dos residentes. Onde estamos, para onde vamos, o que fazer para mitigar ou encontrar soluções para os efeitos menos desejados das mudanças populacionais que parecem inevitáveis?

O ponto 1 descreve a população e explica como chegámos aqui. Destaca as longas permanências, os momentos e vetores de mudança e a ligação dinâmica entre o processo de envelhecimento etário e os níveis de bem-estar à escala regional, identificando pontos de articulação entre comportamentos demográficos, sociais e económicos e salientando as vantagens e inconvenientes da atual dependência face às migrações. O ponto 2 apresenta a população residente que teremos até 2050. Quantos e como seremos? Quantos jovens e idosos, que população ativa? Até que ponto o que perdemos em volume absoluto poderá ser contrabalançado pelo desenvolvimento endógeno gerado pelas novas características desses “portugueses do futuro”, mais informados, exigentes, saudáveis e com novos modelos e capacidade de consumo. Por fim, o ponto 3 identifica os vetores que podem alterar a perceção negativa que rodeia a quase certa inevitabilidade de redução e mudança do perfil da população residente, que será cada vez menos nascida em Portugal e em menor número e discute duas possíveis opções de intervenção estratégica. Devemos tentar contrariar o declínio demográfico que parece incontornável investindo na redução do grau de envelhecimento das estruturas etárias ou apostar na reestruturação das atividades económicas, de forma a que possam atuar como dinamizadores da demografia nacional, na dupla aceção de atratividade migratória e da redução dos obstáculos que continuam a penalizar as famílias?

1.1. Onde estamos. As tendências pesadas

As estimativas de 31 de dezembro de 2018 falam em 10 276 617 residentes, menos 32 956 que em data igual no ano anterior (INE, 2019). De 2010 a 2019 perdemos quase 350 mil residentes, um terço porque ocorrem mais óbitos que nascimentos e dois terços porque o total de emigrantes nacionais e o retorno de imigrantes residentes em Portugal supera o total de entradas. A pálida recuperação na natalidade e na imigração e a redução da emigração verificada desde 2015 não foi suficiente para inverter a tendência recessiva. Vivemos uma fase negativa só igualável à observada nos anos 1960, mas hoje a situação é ainda mais complexa, porque não se limita a refletir as consequências dos saldos negativos provocados pela emigração, que explicam a lentidão do aumento populacional ao longo de todo o séc. XX, apesar do contributo positivo dos níveis de fecundidade, elevados mesmo em contexto europeu. Tudo muda na segunda metade dos anos 70, com a célere modernização social e melhoria das condições de vida, acompanhadas por alterações de comportamento

da população. Estas alterações, causadas pelo processo de transição demográfica e sanitária (Rodrigues e Moreira, 2010: 30), estão na base do rápido envelhecimento das estruturas etárias observado desde então, explicadas pela redução ininterrupta dos níveis da fecundidade e da mortalidade e o gradual aumento do número médio de anos de vida da população, que em 2018 se fixa nos 45,2 anos (PRODATA).

Morre-se menos, mas nasce-se ainda menos. A partir de 2010 quer o saldo natural (Nascimentos-Óbitos) quer o migratório (Imigrantes-Emigrantes) tornaram-se negativos, atingindo valores máximos entre 2011 e 2014. A tendência negativa dos saldos natural e migratório coincide com o agravamento do processo de envelhecimento da população na base (redução do total de jovens) e no topo (aumento do total de idosos). Em 2018 cada português vive em média mais 14 anos do que viveria se tivesse nascido em 1970, ou seja, o equivalente a duas vidas dos seus avós. Somos o 9º país do Mundo com maior esperança média de vida à nascença e um dos que apresenta menor mortalidade infantil (TMI de 3,2‰ em 2019, INE). O que é um fator especialmente positivo porque desde 1982 o número médio de filhos por mulher é insuficiente para assegurar a renovação das gerações. Portugal está entre os países do mundo com menores níveis de fecundidade (1,41 filhos por mulher – INE, 2019). As famílias têm metade dos filhos de há 30 anos atrás, metade das quais nunca terá irmãos. Não existem sinais de recuperação passíveis de alterar o envelhecimento da base da pirâmide etária, porque os níveis de fecundidade continuam baixos, mesmo com o contributo dos imigrantes (Peixoto et al., 2017) (Caixa 1).

CAIXA 1

Como somos...

- Portugal perde residentes desde 2010 (10,3 milhões, 5% cidadãos estrangeiros)
- Mais de 90% do aumento populacional é devido aos saldos migratórios (desde 2001)
- O total de nascimentos é insuficiente para garantir a renovação das gerações (desde 1982)
- Os níveis de mortalidade e morbilidade são baixos (mesmo em termos comparativos europeus)
- 5º país mais envelhecido do mundo (4º mais envelhecido da Europa). O índice de envelhecimento é de 157 idosos por cada 100 jovens (2018), 14% de jovens, 22% de idosos
- Mais de 20% dos portugueses vive fora de Portugal
- O número de estrangeiros residentes aumentou 75% desde 2001 (c.5% do total de residentes, + de 480 mil)

...E como chegámos até aqui

- O total de óbitos supera o de nascimentos desde 2009, embora os níveis de mortalidade infantil e juvenil sejam muito baixos
- Os portugueses vivem em média mais 14 anos que em 1970 (elas 84 anos; eles 78 anos), o dobro dos seus avós nascidos em 1930 (mais 40 anos)
- A probabilidade de envelhecer saudável aumentou (aos 65 anos um homem pode esperar viver mais 18 anos e uma mulher 21, embora metade desses anos com algum tipo de incapacidade)
- 3º país europeu com menor número médio de filhos por mulher em idade fértil (1,41 em 2018)

Somos diferentes do que eramos há algumas décadas, também porque a morbilidade e a mortalidade se alteraram de forma intensa e positiva desde os anos 1970. O país apresenta uma das mais baixas mortalidades infantis e juvenis do Mundo. Até aos anos 1980 os ganhos em termos de duração em anos de vida são explicados pela descida dos níveis de mortalidade infantil e juvenil e posteriormente pelas vitórias obtidas no prolongamento da sobrevivência dos mais velhos (Oliveira, Mendes, 2010). Este facto explica a razão pela qual 1 em cada 5 residentes tem mais de 65 anos e destes uma parte cada vez maior tem 75 ou mais. Mais de 85% da população (90% no caso feminino) vive até aos 65 anos e os maiores de 80 anos quase quadruplicaram desde 1970. A maior sobrevivência das mulheres reflete a feminização do processo de envelhecimento: por cada 100 mulheres com mais de 65 anos existem 75 homens, mas com 80 e mais anos existem apenas 46 homens por cada 100 mulheres (PRODATA). Dado o novo perfil da população (poucos jovens, muitos idosos e muitos idosos muito idosos), as atuais causas principais de morbilidade e mortalidade são devidas a doenças crónicas e degenerativas, neoplasias e doenças do aparelho circulatório (Tab.1). Estas últimas têm regredido desde meados dos anos 1990 (Moreira, Henriques, 2014) e explicam grande parte do aumento recente da esperança média de vida. O inverso sucede com as doenças do aparelho respiratório, as quais têm aumentado, sobretudo entre os maiores de 80 anos, o grupo que mais tem aumentado em termos relativos nos últimos

anos. Mas viver mais anos não significa que sejam vividos com qualidade. Envelhecer saudável tornou-se um objetivo prioritário e uma meta a alcançar¹, porque propicia condições favoráveis para manter a inclusão e a participação social, prolonga a vida ativa, protela a institucionalização, adia a senescência. Todos queremos saber quantos anos podemos esperar viver desde o nascimento e sobretudo quantos anos viveremos com saúde. É certo que as mulheres vivem em média quase mais 4 anos que os homens, mas vivem menos 1 ano com saúde (EUROSTAT, 2020) (Tab.2). O grande desafio é ser capaz de alinhar o aumento da esperança de vida com o aumento do período de vida saudável.

Tabela 1

Evolução de algumas causas de morte. Portugal 1930-2018 (%)

Causas de morte	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2015	2018
Doenças Infeciosas e parasitárias	21,1	20,9	13,5	1,9	1,0	1,5	0,4	1,0	1,7	1,3	1,5
Tuberculose	11,2	9,8	11,7	4,5	1,6	-	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV)	-	-	-	-	-	-	0,2	0,9	0,6	0,4	0,3
Doenças do aparelho circulatório	8,5	11,7	14,2	14,8	17,0	42,8	44,2	38,7	31,8	31,2	31,8
Tumores malignos	2,7	2,9	4,8	9,2	11,7	15,1	17,6	20,3	23,5	25,7	27,1
Doenças do aparelho respiratório	9,6	10,8	8,7	9,8	12,0	7,3	7,2	9,7	11,1	13,0	12,9
Doenças do aparelho digestivo	2,1	3,5	3,8	10,1	7,5	4,9	4,5	3,9	4,4	4,4	4,7
Doenças do aparelho geniturinário	2,0	2,5	2,3	2,0	2,0	1,2	1,2	1,5	3,1	4,4	4,6
Sintomas, sinais, exames anormais, causas mal definidas	16,8	16,4	17,0	15,6	15,3	13,6	11,8	12,4	9,5	6,4	6,2
Outras causas por doenças	22,9	18,2	20,4	27,6	26,5	6,2	6,6	7,8	11,6	9,4	6,6
Causas externas	3,0	3,3	3,6	4,4	5,5	7,4	6,5	4,5	4,3	3,6	4,1

Fonte: Anuário Estatístico, INE, 1940, 1940, 1950, 1979, 1980, 2011, 2016, 2019 (cálculos das autoras)

O envelhecimento da sociedade portuguesa e a garantia de que este fenómeno não virá comprometer os níveis de bem-estar social coletivo já alcançado é outro dos maiores desafios atuais e futuros. No presente contexto de saldos naturais e migratórios nulos ou negativos e num quadro de declínio populacional assumido sem alarmismo, as consequências não têm necessariamente de ser negativas em termos económicos ou sociais, mas exigem planeamento sustentado e uma mudança de paradigma (Nazareth, 2009; Rosa, 2012, Rodrigues, 2018). Em 1979 Manuel Nazareth, num estudo pioneiro sobre as fases e os fatores que desencadearam esse processo, referia que «quando observamos os diferentes tipos de estruturas, quer a nível distrital quer a nível concelhio, somos surpreendidos pelos profundos contrastes entre elas: de duplamente muito jovens, passamos em algumas dezenas de quilómetros a estruturas duplamente envelhecidas». Embora o alastramento do fenómeno tenda a esbater a diversidade regional, a verdade é que o processo de envelhecimento não foi uniforme na cronologia e em intensidade (INE, 2016). A redução das assimetrias explica-se pelas diferenças observadas nos ritmos, direções e volumes dos movimentos migratórios desde a segunda metade do século XX, em resposta às estratégias de desenvolvimento interno adotadas em diferentes setores (Rodrigues, Leão, 2016).

¹ Desjardins e Legaré (1984) criaram o indicador da esperança de vida com saúde, que permite estimar qual é em dado momento o número de anos de vida esperados sem limitações de longa duração (e que varia com as condições de desenvolvimento humano da sociedade em causa).

Tabela 2

Esperança de vida saudável² à nascença e aos 65 anos e esperança média de vida aos 65 anos

	E0 SAUDÁVEL		E65 SAUDÁVEL		E65 ANOS	
	H	M	H	M	H	M
1995	59,6	63,1	8,3	9,9	14,7	18,1
2001	59,5	62,7	8,2	8,7	15,7	18,9
2005	58,6	57,1	6,5	5,2	16,1	19,7
2011	59,3	56,6	7,1	5,7	17,2	21,0
2017	60,1	62,5	7,9	6,7	18,3	22,1

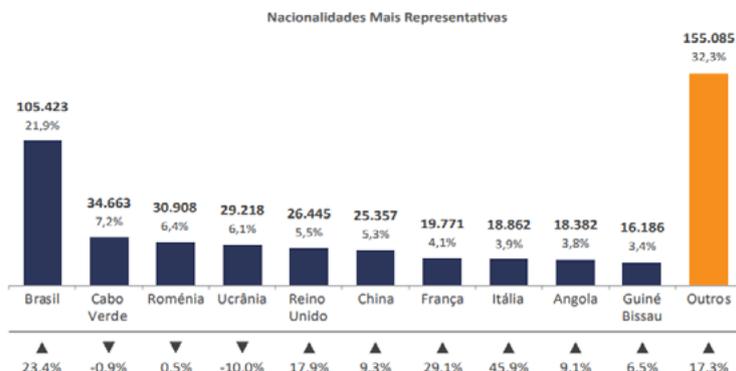
Fonte: Eurostat, 31.01.2020

Na viragem do século as migrações tornaram-se decisivas para garantir o aumento da população residente a nível regional e desde então cerca de 92% do aumento populacional ocorrido é devido aos saldos migratórios (Rodrigues, Moreira, 2011). Continuamos a ser um país de emigrantes, já que quase 2 milhões de nacionais (20%) vivem fora do país (Pires, 2010), mas o total de estrangeiros aumentou 75% desde 2001 e representa 5% do total de residentes (2019- 494558, Sefstat). Entre 1993 e 2010 o saldo migratório foi positivo, mas a partir de 2010 aumentaram não só as saídas de cidadãos portugueses como o retorno aos países de origem de muitos imigrantes e só em 2015 se voltou a registar alguma tendência de recuperação. As motivações económicas continuam a ser o principal, mas não o único fator explicativo na decisão de vir residir em Portugal, e à semelhança do que sucede em todo o Mundo, aumentou a variedade de perfis, origens e motivações. O país apostou nas migrações familiares (a principal razão da entrada desde 2010, 27 mil em 2018), enfatizando a figura do reagrupamento familiar nas suas leis de imigração, facto reconhecido a nível internacional e que nos coloca em lugares de topo no ranking do MIPEX III (SEF, 2019:13-15). Podemos identificar 3 grupos distintos de imigrantes: 1) os oriundos de países desenvolvidos (UE, EUA, Canadá, Norte da Europa), com qualificações médias ou altas, que ocupam cargos em setores como a educação, a saúde e administração; 2) os originários de outros países europeus e da América do Sul, com qualificações médias (ensino secundário), que desempenham funções no setor dos serviços (comércio a retalho, restauração, turismo) ou esporadicamente em postos de direção; 3) os vindos dos países africanos e asiáticos, com qualificações baixas (ensino básico), que trabalham sobretudo no setor dos serviços (limpeza, pequeno comércio, construção civil, agricultura). Os migrantes escolhem os grandes centros urbanos e as zonas mais dinâmicas em termos de oferta de emprego menos qualificado, indústria e/ou turismo. Mais de metade (51,6%) reside na Grande Lisboa, seguindo-se as regiões Norte, Centro e Algarve. São 8 anos mais jovens (2011: 34,2/42,1 anos), em média com mais um filho que os nacionais, maioritariamente mulheres (51% do total) e em idade ativa (81%), 9% são crianças ou estudantes e 10% reformados. O bom clima, o custo de vida e a qualidade do sistema de saúde explica o aumento do grupo senior, maioritariamente constituído por britânicos e alemães (SEF, 2019) (Fig.1).

² Os anos de vida saudável são estimados com base em estatísticas de mortalidade e dados recolhidos em inquéritos sobre a perceção pessoal em matéria de incapacidade.

Figura 1

Imigração em Portugal. Principais nacionalidades (2018)

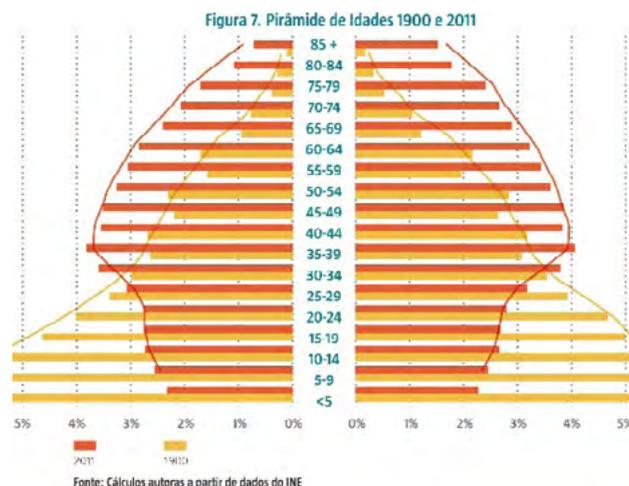
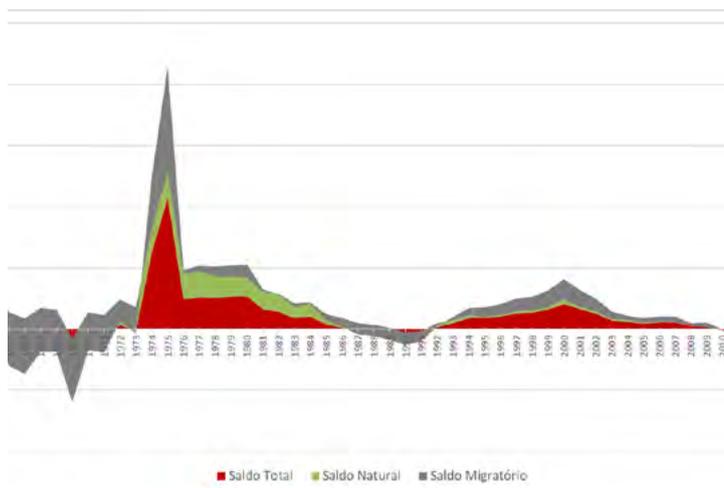


Fonte: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>

Mas embora as migrações mitiguem alguns efeitos entendidos como negativos da realidade nacional, eles não serão suficientes para resolver os desafios acumulados de uma sociedade pós-transição triplamente envelhecida, na qual faltam jovens (0-14 anos: 1,4 milhões) e o número de idosos (65+ anos: 2,3 milhões) não cessa de aumentar. Desde 1970 o grupo dos maiores de 65 anos duplicou e o grupo dos jovens reduziu-se a metade. A população adulta tem em média mais de 45 anos de idade e o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado de trabalho (55 a 65 anos) não é compensado há mais de 9 anos pelo número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho (20 a 34 anos) (INE, 2019). Tal significa que desde 2010 deixou também de estar assegurada a substituição da população ativa e contributiva (Fig.2).

Figura 2

Um país triplamente envelhecido: Saldo natural, saldo migratório (1960-2018) e alteração das estruturas etárias (1900-2011)



Fonte: Rodrigues, Henriques, 2017

1.2. Onde estamos. A realidade nacional e as tendências de mudança

Múltiplos fatores contribuem para a reconfiguração da sociedade portuguesa, que regista um processo de modernização e mudança social acentuado e rápido a partir de 1974. Essas mudanças são consequência direta de novos moldes de articulação entre comportamentos demográficos e sociais e o sucesso das opções políticas em setores estruturantes essenciais, que permitiram a melhoria das condições de vida da população, indizada pelo desenvolvimento do Estado Social, a criação do Serviço Nacional de Saúde e a generalização do sistema de ensino e consequente aumento gradual do nível médio de formação dos portugueses. O desafio do bem-estar tem sido o mote estruturante das medidas equacionadas pelos governantes políticos desde os anos 1970, embora não tenha anulado as desigualdades sociais, que continuam a obedecer a uma geografia específica, que dita diferentes realidades regionais. A par dos movimentos de emigração, a mobilidade interna a que assistimos desde 1960 contribuiu para a redistribuição da população no território, em função da capacidade de atração económica das regiões. O modelo de desenvolvimento que o país foi adotando ancorou-se numa organização territorial que já vinha de épocas anteriores e que privilegiou o litoral, onde se concentrou a maioria dos núcleos urbanos, as atividades económicas com grande intensidade de mão-de-obra (obras públicas, indústria pesada, atividades portuárias) e os centros de decisão política, fomentando o abandono progressivo dos ativos jovens do interior rural.

O retrato traçado no início deste século por Ferrão (2003) mantém-se atual. O autor definia o país como um «território-arquipélago», construído com base no reordenamento do espaço urbano em torno das Áreas Metropolitanas e da faixa litoral (onde já então residia quase metade da população) e em alguns centros médios do interior, que continuavam a atrair residentes e investimento e cujo afastamento dos grandes eixos de dinamismo tradicional lhes parecia trazer alguma mais-valia. O Portugal rural e periférico às duas maiores cidades (Lisboa e Porto) debatia-se com dificuldades de desenvolvimento e registava uma deterioração relativa de níveis médios de bem-estar demográfico, económico e social, agravados por algum desinvestimento público e privado em termos de oferta de equipamentos coletivos. Também aí eram mais visíveis os impactos negativos do envelhecimento demográfico. A dicotomia entre concelhos pobres, que representam a imensa maioria do país, e concelhos ricos prevalece até hoje (Rodrigues, 2012: 212). Com efeito, existe uma coincidência entre vitalidade demográfica e qualidade de vida à escala regional desde a segunda metade do século XX (Pereira e Chorão, 2009: 136-145), sendo possível identificar no continente três grupos distintos de concelhos (Tab.3): 1) os mais dinâmicos (3% do total), maioritariamente situados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; 2) os moderadamente dinâmicos (11%), que juntam concelhos da Grande Lisboa, do Grande Porto e do Algarve litoral; e 3) o Portugal adormecido, correspondendo a 86% do total, com tendências recessivas e de emigração interna e externa (Moreira, Rodrigues, 2010).

Tabela 3

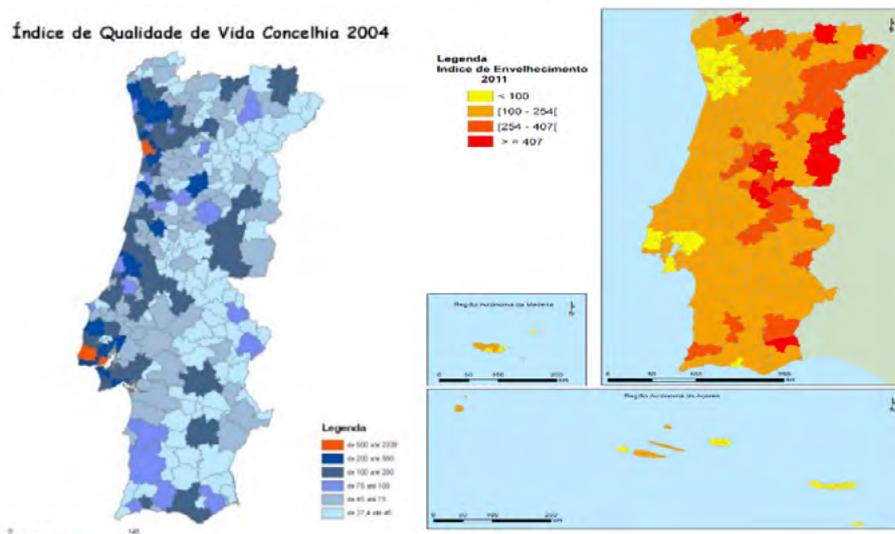
Dinâmicas demográficas concelhias (1960-2001)

Pop. residente (%)	CARACTERÍSTICAS DE COMPORTAMENTO
3,3	<p>Maior dinamismo e locais de destino interno preferencial nas décadas de 60 e 70;</p> <p>Localizados na região envolvente de Lisboa, com Valongo;</p> <p>Mantêm comportamento constante.</p>
10,9	<p>Concelhos da Grande Lisboa, à volta do Porto até Aveiro e do Algarve (Albufeira e Portimão);</p> <p>O crescimento natural explica o seu dinamismo, já que as médias do crescimento migratório são baixas (os níveis médios mais elevados de crescimento natural ocorrem entre 1960 e 1981, resultado de comportamentos favoráveis de fecundidade tardios em contexto nacional)</p>
85,4	<p>Apresentam valores médios negativos em quase todas as variáveis (em alguns casos as taxas de crescimento natural entre 1960 e 1981 conseguiram inverter a tendência depressiva). Os valores negativos dos saldos migratórios, especialmente na década de 60, indicam que foram locais de origem de migrantes que se deslocaram para outras zonas do país e para o estrangeiro.</p>

Fonte: Rodrigues e Moreira, 2009: 108.

Figura 3

Índice de Bem-estar (2004) e Índice de Envelhecimento (2011)



Fonte: Rodrigues, 2009; INE, Recenseamentos Gerais da População, 2011

Não obstante as conquistas alcançadas nas últimas décadas, Portugal continua a ser regionalmente pouco homogêneo do ponto de vista social e económico e continua a prevalecer a correlação positiva entre vitalidade demográfica e qualidade de vida. Os locais com maior percentagem de jovens, migratoriamente mais atrativos para nacionais e estrangeiros e que mais aumentam, são aqueles onde existe melhor oferta de equipamentos e de serviços especializados em setores estruturantes, como os da educação, do emprego, do lazer e da saúde, o que pode vir a constituir uma vulnerabilidade nacional estruturante (Rodrigues, 2018). Mas apesar das diferenças regionais, o envelhecimento é transversal e está consolidado em todo o país. A Fig.3 permite visualizar as diferenças concelhias em termos do grau de envelhecimento em 2011 e concluir que apenas 45 concelhos (16%) à volta de Lisboa e Porto, nas regiões autónomas e no Algarve (Albufeira) possuem mais jovens (0-14 anos) que idosos (65 e mais anos). É no interior que se localizam os concelhos mais envelhecidos, alguns com mais de 40% dos residentes acima dos 65 anos (Moreira et al., 2010). A vantagem numérica dos mais idosos tenderá a acentuar-se no futuro próximo e os cenários prospetivos são unânimes ao considerá-la irreversível, pelo menos a médio prazo, com impactos inevitáveis em termos da população ativa e dinâmica local.

Tendências de mudança: educação, saúde e mercado de trabalho – A evolução do sistema de ensino reflete as mudanças extraordinárias que foram reconfigurando a sociedade portuguesa nas últimas décadas, produzindo novas lógicas e condições sociais, bem como lançando as bases para novos futuros possíveis (Henriques et al., 2014). A democratização do ensino marca as últimas décadas do século XX, sobretudo no caso das mulheres, que em 2019 constituem 54,1% dos alunos do ensino superior. Entre 1970 e 2018 a taxa de analfabetismo passou de 26 a 5% e o número de portugueses com formação superior mais que triplicou (sobe 18,7%, de 49 para 1245 mil, PORDATA). A taxa real de escolarização (percentagem de alunos matriculados em cada ciclo de estudos) aumentou em todos os níveis de ensino desde finais dos anos 1960, tal como a escolarização dos adultos (25-64 anos) e a formação ao longo da vida. A taxa de abandono precoce de educação e de formação dos jovens adultos que não concluíram o ensino secundário e não estão inseridos em qualquer programa de educação ou formação (NEET) (16-29 anos) reduziu-se para menos de metade desde o ano 2000 (INE Estatísticas da Educação e Ciência). Existem ainda alguns problemas estruturais. Um deles reside no abandono escolar precoce, que compromete a inserção no mercado de trabalho dos pouco ou não qualificados e pode constituir um fator potenciador de risco de exclusão social³. Em termos comparativos europeus o nível de escolarização continua

³ Embora as estatísticas publicadas em 2020 sejam bastante otimistas quanto à probabilidade de redução deste indicador (INE, Estatísticas de Educação).

baixo (40% dos residentes não possui mais de 6 anos de escolaridade) e percentagem da população com 15 e mais anos que não concluiu qualquer grau de ensino (7,6%) é elevada (INE Inquérito ao Emprego, 2019).

A educação é um indicador portador de futuro porque influencia os comportamentos demográficos e produz mais-valias no estado de saúde individual e coletivo. A garantia de acesso à saúde como um direito de cidadania teve o seu momento alto com a criação do Sistema Nacional de Saúde (SNS). Desde então as mudanças foram consecutivas e rápidas, melhorando a quantidade e qualidade das respostas e a prestação de cuidados de saúde primários e hospitalares. Estas melhorias são confirmadas pela evolução positiva dos indicadores demográficos, pese embora o facto de estes também refletirem a melhoria material das condições de vida das famílias, em termos de rede de cobertura de saneamento, eletrificação e condições de habitabilidade dos agregados. O SNS procurou esbater as diferenças regionais e os desafios inerentes ao aumento da esperança de vida e à concentração da morte nos escalões etários mais velhos, garantindo o acesso igualitário a cuidados médicos, o aumento da eficácia do sistema de saúde e o acesso a informação por parte dos utentes, processo de médio prazo em curso (Rodrigues, 2018). Henriques (2005), Henriques, Rodrigues (2010) e Rodrigues et al. (2016) provaram que existe em Portugal uma relação positiva entre aumento do nível de instrução da população e estado de saúde. Assim, um dos desafios que se coloca aos responsáveis pelo setor da saúde no futuro passa por dar respostas em tempo e qualidade perante o aumento das necessidades de cuidados por parte de cidadãos mais velhos, mais afetados por doenças crónicas e incapacitantes, mas também mais informados e capazes de manter modos de vida mais saudáveis e atitudes preventivas mais ativas, facilitando o diagnóstico precoce e reduzindo a carga orçamental com saúde.

A educação é um indicador portador de futuro também em termos de estruturação familiar e mercado de trabalho (Rodrigues, Henriques, 2017). O sucesso dos jovens na entrada na vida ativa influencia a saída de casa dos pais, a decisão de constituir família e o momento em que escolhem ter filhos e quantos. O tipo de emprego, a estabilidade do contrato e a remuneração a obter afetam cada indivíduo e também a sociedade como um todo (o mercado imobiliário, ou consumo de determinados bens). É ao concluir a escolaridade obrigatória que se toma a decisão de continuar os estudos ou enveredar pelo mercado de trabalho e é nesse momento que o investimento na promoção da educação como “elevador social” deve ter maior proatividade, porque condiciona o futuro das gerações mais jovens (futuros ativos). O abandono precoce e o baixo nível de instrução fazem com que mesmo empregados muitos jovens portugueses mantenham baixos salários ao longo de toda a sua vida ativa (OCDE, 2015). As condições do mercado de trabalho estão a melhorar em Portugal, mas a retoma é lenta. As taxas de desemprego continuam inferiores à média da UE27 e da OCDE, mas a oferta de emprego alterou-se, tornando-se menor em setores tradicionais e absorventes de muita mão-de-obra, como a indústria e a construção e também mais precária e temporária (OCDE, 2018). O novo perfil do mercado de trabalho dificulta a recuperação do emprego por parte de uma população empregada que também mudou, dado o aumento dos níveis de escolaridade das coortes mais jovens. Em 2014 por cada 100 potenciais trabalhadores estavam desempregados 14 sem escolaridade, 15 com nível de ensino básico ou secundário e 10 licenciados. Ter um curso superior parece reduzir o risco de desemprego, talvez porque a terciarização do tecido económico crie oportunidades em áreas de atividade diferentes do passado recente (serviços públicos ligados ao ensino, saúde e segurança social, quadros técnicos das empresas e serviços da administração central e regional). A população NEET foi particularmente afetada pela crise económica e financeira recente, porque nesse período os empregadores puderam contar com oferta de trabalhadores mais instruídos a melhor preço e na hora de contratar preferiram os mais instruídos (Henriques et al., 2014).

Num contexto em que cada indivíduo pode esperar viver mais, há que preparar a sociedade para lidar com os desafios suscitados pelas mudanças na estrutura populacional. O número de pensionistas cresceu 2,5% ano desde 2000, mas a probabilidade de gerações mais idosas serem mais saudáveis, poderá justificar que contribuam com uma vida ativa mais longa. A partir de 2011 a componente demográfica é incluída no cálculo da

idade de reforma, mas persiste a ideia que esta é hoje a mais alta de sempre, o que é falso⁴. Muitos acreditam também que a alta taxa de desemprego jovem é provocada pela permanência de adultos seniores no mercado de trabalho e sentem que a idade de reforma não deve aumentar para que mais cedo sejam libertados empregos. Porém, ao aumentar a proporção de pensionistas aumenta também a pressão sobre quem trabalha e é contribuinte ativo. Se aplicarmos à estrutura populacional a evolução do desemprego jovem e do grupo de 55-64 anos concluímos que o desemprego jovem sofreu mais com a volatilidade do mercado de trabalho devido à sua rigidez e à elevada proteção de que gozavam os trabalhadores mais velhos. Na atualidade os decisores políticos veem-se a braços com uma realidade que provoca taxas de desemprego elevadas sobretudo dos jovens, mas estruturalmente defrontam-se com o impacto da pressão das gerações mais idosas e das suas expectativas face a um plano de reforma; com a imigração do capital humano altamente qualificado e com a redução do número de crianças. As tensões entre gerações estão colocadas.

Em Portugal têm aumentado as desigualdades na distribuição do rendimento, que hoje superam os valores da década de 1980 (Rodrigues, Henriques, 2017). A desigualdade do rendimento é usada pela OCDE para medir o impacto negativo no crescimento económico, porque afeta a performance da economia, a educação de segmentos mais pobres, diminui o capital humano e reduz as oportunidades e disponibilidades de investimento e até a estabilidade social. As políticas de emprego devem ser desenhadas não apenas com o foco na melhoria das condições sociais, mas com vista a garantir um crescimento economicamente sustentado. A redistribuição de rendimentos (via impostos e transferências) é a chave para combater a desigualdade, mas não deve impedir esse crescimento. Importa incentivar políticas promotoras do acesso a uma educação de qualidade, o que implica uma atenção especial às famílias jovens com filhos, pois é na fase que as decisões relativas à educação futura são feitas que se criam os grupos com desvantagem competitiva no mercado de trabalho (OCDE, 2014). E há que intervir no relativo aos imigrantes residentes em Portugal, porque, à semelhança do que sucede noutros países, a sua taxa de desemprego continua a ser superior à nacional em 3% (PORDATA).

Em 2020 vivemos mais e melhor, temos melhor apoio na escola e na saúde face ao desemprego, mas continuamos a ser na UE o terceiro país com maior grau de desigualdade interna, tal como continuamos a apresentar indicadores de qualidade de vida inferiores à média comunitária, que afetam com particular intensidade os residentes muito idosos (OCDE, 2015a). O envelhecimento demográfico está instalado e persiste, acentuando-se. O que não é mau, porque indicia que somos uma sociedade onde os sistemas básicos de apoio existem, mesmo que não sejam satisfatórios. Que constrangimentos e/ou oportunidades suscita a questão do envelhecimento das estruturas etárias para a sociedade portuguesa e para onde vamos?

⁴ Em 1970 era elevada a probabilidade de um trabalhador nunca chegar a “gozar a reforma”, porque a esperança média de vida era inferior em 9 anos; mas em 1980 a esperança média de vida iguala a idade de reforma. 2012 é o momento de maior divergência entre a idade de reforma (66,4 anos) e a esperança média de vida (82,8 anos): 16,4 (mulheres) e 8,5 anos (homens).

1.3 Para onde vamos. Como se desenha hoje o Portugal das próximas décadas

Para tomar decisões racionais e sustentáveis, há que conhecer a realidade e perceber os sinais que ela nos transmite quanto ao futuro. A população representa um vetor estratégico nacional. Quantos e como seremos em termos de volume, distribuição por sexo, como será a nova população ativa e disponível para trabalhar? Embora o futuro pareça quase certo, reconhecer os “factos portadores de futuro”, projetar os futuros possíveis e tomar iniciativas para que eles se concretizem, caso sejam desejáveis, passou a constituir um objetivo a atingir (Caixa 2).

Como seremos...

- seremos menos 10 a 30% em termos totais
- teremos uma população triplamente envelhecida. 3 vezes mais idosos (65+) que jovens (0-14) e adultos ativos mais velhos
- a população jovem e adulta irá reduzir-se em numero e peso percentual e a população muito idosa (85 + anos) irá triplicar
- alteração do ratio ativos/inativos, mesmo que a idade da reforma continue indexada ao aumento da esperança de vida e com o contributo migratório
- aumento do grau de instrução e formação médias da população residente (natural e estrangeira)
- maior igualdade entre homens e mulheres em termos do número de anos de vida e com saúde
- manutenção das desigualdades regionais: o litoral cresce à custa do interior e as cidades à custa das vilas e aldeias, em termos populacionais e de qualidade de vida e bem-estar

O que fazer

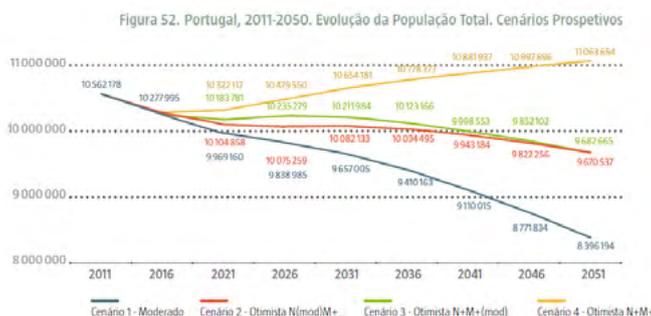
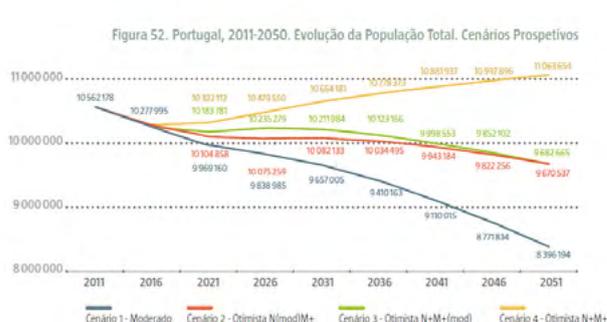
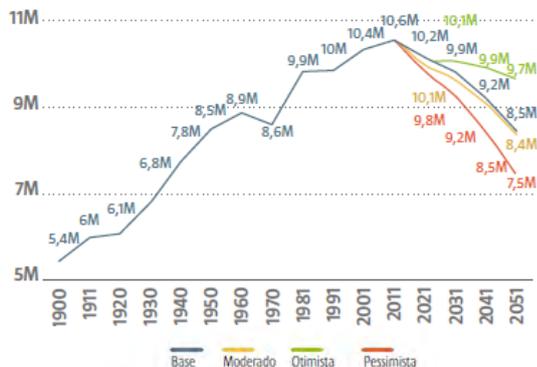
- Identificar os desafios e aproveitar as oportunidades (migrações, mercado de trabalho, políticas regionalmente direcionadas e sustentáveis (passíveis de melhoria: educação e saúde)
- Mitigar o indesejado e remover obstáculos (às famílias e aos trabalhadores)

Portugal enfrenta os desafios de uma sociedade onde faltam jovens e o número de idosos não cessa de aumentar. Desde 1970 a população com menos de 15 reduziu-se a metade, os residentes com mais de 65 anos duplicaram e um dos grupos que mais aumentou foi o dos maiores de 75 anos. A janela de oportunidade fechou-se: a partir de 2005 o rácio ativos/inativos reduziu-se e cinco anos depois deixou de ser garantida a substituição da população ativa contributiva⁵. Prevê-se até meados do século que a população muito idosa (85 ou mais anos) triplique; os maiores de 65 anos dupliquem, os jovens sejam menos 26% e a população ativa e contributiva menos 33%, a mesma de 1940, e até 7 anos mais velha que hoje (passe de 45 para 52 anos em média). Estes valores obrigam-nos a pensar não apenas em números, mas em contextos. As projeções existentes são unânimes no que respeita à tendência recessiva do total de residentes nas próximas décadas (Fig.4), embora com diferenças regionais condicionadas pelo processo de envelhecimento e a dinâmica migratória (Fig.5). Foram necessários 110 anos (de 1900 a 2011) para que a população portuguesa duplicasse, mas em apenas 40 prevê-se que perca 10 a 30% efetivos (dos atuais 10,3 milhões para 8,4 milhões). A descida será consistente a partir de 2025 e em 2050 o volume de população será idêntico ao recenseado em 1990 (8,4 milhões). A redução populacional poderá atingir 30% nas zonas rurais e do interior. Até 2040, 236 municípios irão reduzir o total de residentes, 141 dos quais mais de 15% e em apenas 8 estima-se uma subida superior a 15%. Seremos então tantos quanto fomos em 1950 (Rodrigues, Ribeiro, 2018).

⁵ Desde 2010 o número em idade potencial de saída do mercado de trabalho (55-65 anos) excede o número dos que estão em idade potencial de entrada (20-34 anos).

Figura 4

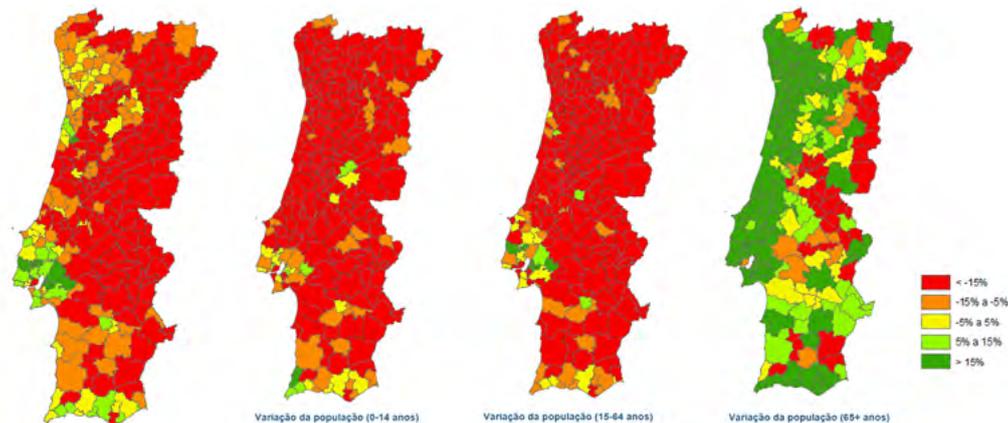
Portugal. Evolução e cenários prospetivos (1900-2051)



Fonte: Rodrigues, Henriques, 2017 (M = milhões)

Figura 5

Portugal. Dinâmicas regionais de envelhecimento total e por grandes grupos de idade (2011-2040)



Fonte: Rodrigues et al, 2018:190-91

Seremos menos, menos jovens e mais velhos. A realidade parece superar as estimativas mais pessimistas, porque perdemos residentes, embora existam vários fatores de incerteza sobre a intensidade dessa perda, designadamente no âmbito das migrações, que embora negativas desde 2010 podem ser alteradas pela recuperação económica e por eventos internacionais ou retorno de cidadãos portugueses. Nos próximos anos teremos que nos adaptar a uma população mais reduzida, mais envelhecida, menos dinâmica, mais dependente. A sociedade será mais igualitária no que se refere aos sobreviventes por sexo (49% de homens e 51% de mulheres) e a pirâmide de idades estará formalmente invertida (Fig.6). Em 2050 apenas 1 em cada 8 residentes terá menos de 15 anos, existirão 3 vezes mais idosos que jovens (perto de 3 milhões) e a população em idade ativa diminuirá de 5,2

(2011) para 4,6 milhões (Fig.7). O grupo de idades 25-64 anos representa atualmente 55% da população total, mas será então 46%. O ratio entre ativos e inativos irá sofrer grandes mudanças, mesmo que a idade da reforma continue indexada ao aumento do número médio de anos de vida⁶. Mas a realidade não é tão simples: existem ativos com mais de 65 anos e 2 em cada 3 jovens com 15-24 anos está inativo, a grande maioria a estudar (INE, Inquérito ao Emprego,2014).

Figura 6

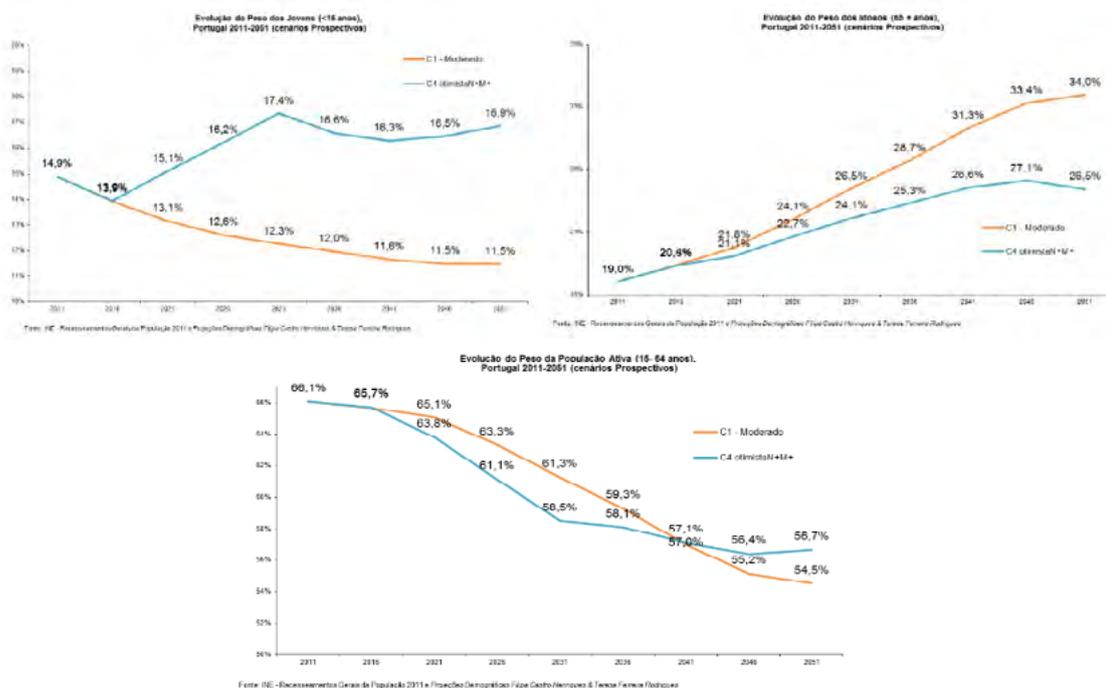
Portugal. Estrutura e variação dos grupos de idade (2011-2050)



Fonte: Rodrigues, Henriques, 2017

Figura 7

Portugal. Percentagens de Jovens, Idosos e População em Idade Ativa (2011-2050)



Fonte: Rodrigues, Henriques, 2017

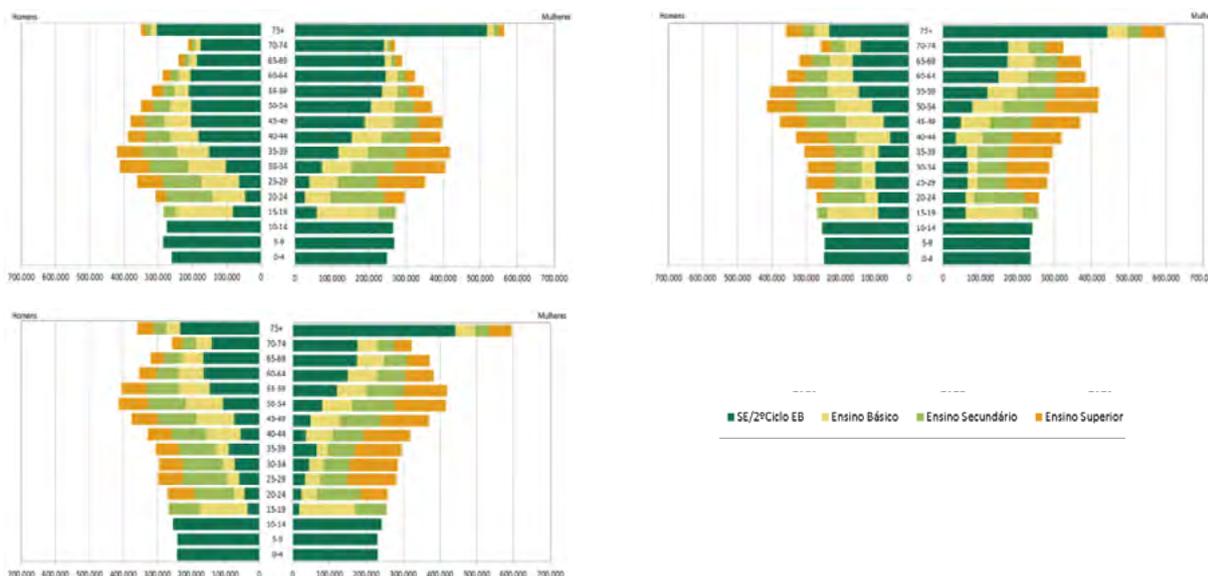
⁶ Caso se mantenham os atuais padrões de ciclo de vida profissional, tal significa que 54% da população portuguesa (inativa) dependeria dos restantes 46% (ativos).

Vivemos um ciclo que vai gerando menos filhos e menos futuras mães. Mesmo assumindo no nosso exercício prospetivo um cenário de fecundidade mais otimista que o atual, não é possível evitar a diminuição de nascimentos. O número de mulheres em idade fértil vai decrescer qualquer que seja o cenário considerado e a única possibilidade de atenuar este efeito é passarem a existir condições para que as mulheres concretizem o seu número de filhos ideal (2 em média), o que permitiria duplicar o total de nascimentos. Em simultâneo deveria apostar-se em atrair jovens imigrantes que possam concretizar em Portugal o desejo de constituir família em segurança. Como contrariar este cenário? Muitos dos novos reptos da sociedade portuguesa terão no envelhecimento demográfico o seu pano de fundo estruturante, designadamente nos setores de atividade económica, do mercado de trabalho e do universo de contribuintes, o que exige um esforço de reestruturação do modo como a pensamos. Exige sobretudo medidas subsectoriais urgentes e sustentáveis. É neste contexto que o conhecimento das dinâmicas populacionais deve ser olhado como um instrumento de apoio à decisão política e estratégica, já que a sua compreensão é a base para uma reflexão informada e um roadmap para o debate coletivo (Rodrigues, Henriques, 2017). De acordo com um exercício prospetivo realizado em 2017 (Rodrigues, Henriques), até 2050 Portugal poderia inverter a recessão populacional e ganhar 1,2 milhões de novos residentes, caso se conjugassem dois cenários: a) se os saldos migratórios se mantivessem em torno dos 40 mil efetivos/ano) e b) se o número de filhos por mulher se aproximasse do número desejado, o que levaria a uma quase duplicação do total anual de nascimentos face a 2015. Mas nenhum dos cenários considerados poderá em separado evitar a redução anunciada do total de residentes.

Seremos menos, mas mais instruídos e mais saudáveis. O que perdemos em número ganhamos em qualidade, informação e competências (Henriques, 2017). A educação e a formação continuarão a ser no século XXI vetores de mudança e preditores do futuro. Todos seremos mais escolarizados, sobretudo os mais velhos. A ligação entre escolaridade e processo de envelhecimento está estudada (Martins et al, 2014). A proporção de indivíduos que completam níveis de escolaridade mais elevados deverá aumentar em todos os grupos etários e sexos, embora também no futuro a escolarização feminina seja superior, sobretudo entre os mais jovens. Mesmo admitindo a pouco provável manutenção dos níveis de escolaridade atual de cada grupo etário, os níveis de escolarização vão subir à medida que gerações mais jovens e mais escolarizadas substituem as mais velhas e assistiremos em termos de formação à valorização do capital humano no grupo ativo adulto (15-64 anos), com inevitáveis impactos no desenvolvimento desejado da sociedade portuguesa. A proporção dos que não completaram o Ensino Básico irá reduzir-se de 39,4% para 25% entre 2011 e 2031 e a percentagem de diplomados com um curso superior deverá atingir valores próximos dos 25% em 2031, face aos atuais 16,4%. Mais de metade da população terá concluído o Ensino Básico (56 a 59%). Os idosos do futuro serão muito diferentes dos atuais, já que mais de 40% terá completado pelo menos o 3.º Ciclo do Ensino Básico (um aumento de 27% relativamente a 2011) e a percentagem dos detentores de um curso superior passará de 4,6% para 13% (23,4% das mulheres, 15,5% dos homens) (Fig.8).

Figura 8

Portugal. Níveis de escolaridade por sexo e idade. Cenário Constante (esquerda) e Cenário Tendência (direita) (2011 e 2031)



Fonte: Martins, Rodrigues, Rodrigues, 2014

O aumento de esperança de vida e dos riscos de maior incidência de certas doenças crónicas e incapacitantes pode ser contrabalançado pelo aumento do nível educacional da população (Rodrigues, Henriques, 2015). Existem teorias divergentes sobre a relação entre aumento da esperança média de vida e prevalência de níveis de incapacidade e de mau estado de saúde. Para alguns, o envelhecimento incontornável das estruturas da população irá fazer subir os níveis de morbilidade e da incapacidade. Defendem outros que a incapacidade e o mau estado de saúde serão adiados para o fim da vida, pelo que no futuro viveremos mais tempo e com melhor estado de saúde. Martins et al. (2014) estudaram o efeito das alterações em termos de perfil demográfico e graus de escolaridade na saúde futura dos portugueses até 2030 e concluíram que a melhoria do estado de saúde coletiva nos próximos anos será acompanhada pelo aumento da utilização dos serviços de saúde (consultas médicas e uso de medicamentos prescritos). Considerando a influência conjunta que o sexo, a idade e o nível de escolaridade exercem sobre a saúde (Denton, et al., 2004; Vintém, 2008; Barros, 2013), o estudo prospetivo da estrutura populacional por grau de escolarização permite concluir que no futuro seremos menos, mas os portugueses do futuro, independentemente do sexo e idade, terão uma vantagem essencial em termos de saber e conseguir fazer melhores e mais bem fundamentadas escolhas: serão cidadãos mais informados.

Seremos menos, mas diferentes em origens. Teremos cada vez menos residentes, mas mais importante que a ordem de grandeza é a mudança de perfil desta população. Espera-se um aumento do total de residentes estrangeiros e respetivos descendentes, fomentado pela provável recuperação económica, que poderá trazer um novo alento aos fluxos de entrada e também reduzir as saídas (quer por retorno aos países de origem, quer pela redução da emigração de cidadãos nacionais e retorno). Até 2025 é possível admitir a retoma dos saldos positivos que marcaram o período 1993-2010. As comunidades migrantes traduzem-se em maisvalias para Portugal a nível económico e cultural e mitigam o fenómeno do envelhecimento demográfico na base e no topo. A aposta em atrair jovens imigrantes que possam concretizar em Portugal o desejo de constituir família em segurança e em migrantes mais qualificados poderá ser determinante no futuro próximo (Rodrigues et al, 2015).

1.4 Para onde vamos. O que fazer. A aposta em vetores estratégicos

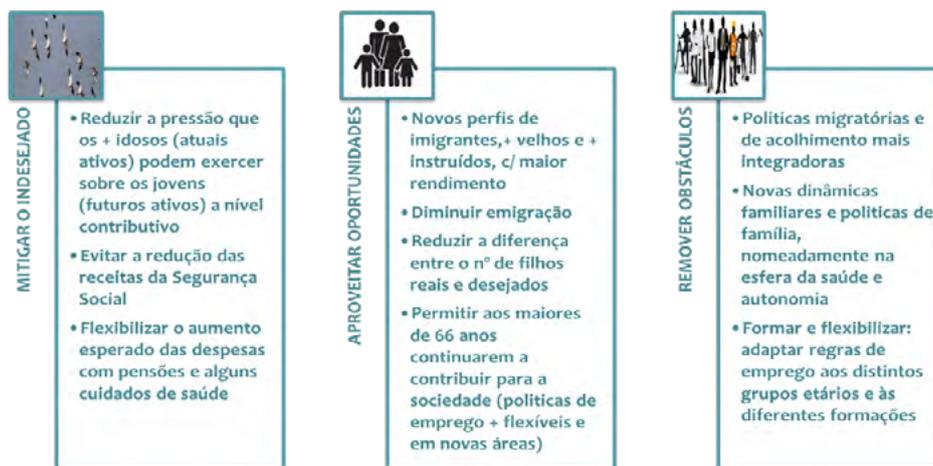
A população e as suas dinâmicas passaram a integrar a agenda política. A preocupação com o modo como podem influenciar o futuro de Portugal, positiva ou negativamente, tem ganho espaço no âmbito dos programas de governo e também nos projectos eleitorais partidários de todas as tendências. Com a publicação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013, o envelhecimento demográfico é pela primeira vez reconhecido como uma vulnerabilidade nacional na agenda da segurança e defesa dos Estados, a par da financeira, da energética, da alimentar, da científica e da tecnológica. O documento assume como um dos vetores e linhas de ação estratégica (ponto 2.3) “Incentivar a renovação demográfica e gerir o envelhecimento da população”. Defende para tanto três linhas de ação, que vão ao encontro do que entendemos estar em jogo na articulação entre Demografia e Economia: “Promover novas políticas de incentivo à natalidade e de fixação das populações, bem como, a consolidação das políticas de integração dos imigrantes; Desenvolver políticas públicas de gestão do envelhecimento da população, por forma a garantir a coesão nacional; Manter uma política de imigração integradora e humanista que reforce a coesão social e promova uma cultura de cidadania. Do mesmo modo, atuar ao nível das perceções das populações, de modo a prevenir a radicalização e a xenofobia.”

Quais são os interesses principais e prementes da sociedade portuguesa, num contexto de profundas mudanças que não vai conseguir evitar, mas que tem a obrigação de procurar gerir, por forma a assegurar a desejável melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações residentes, hoje e amanhã? O conhecimento das dinâmicas populacionais permitiu identificar algumas características que podem constituir fatores de risco no futuro. Falamos dos riscos potenciais decorrentes do triplo envelhecimento das estruturas etárias, causado pela redução progressiva do peso da população com idade inferior a 19 anos, o aumento da percentagem de adultos com 55 ou mais anos e sobretudo o aumento da idade média dos adultos em idade ativa (20-65 anos). Este triplo envelhecimento tem uma relação próxima com outros dois fatores determinantes: Portugal é um país de filhos únicos com pais idosos e as potenciais melhorias introduzidas pelo recente aumento dos níveis de fecundidade não irão inverter o cenário de muito baixa fecundidade prevista para os próximos anos. Existem cada vez menos mulheres em idade fértil e o número potencial dos que saem do mercado de trabalho é superior aos dos que entram, e destes uma parte não nasceu em Portugal. Iremos viver à custa dos imigrantes, que são mais jovens, têm mais filhos e por vezes optam por habitar em zonas menos procuradas pelos nacionais? A dependência face aos imigrantes económicos acentua-se, e a estes se juntam os que encontram em Portugal um local com boas condições para viver a sua reforma. (Rodrigues et al., 2015).

Há que mitigar o indesejado, aproveitar as oportunidades e remover obstáculos (Fig.9). O desafio do envelhecimento não é uma simples questão demográfica, mas sim uma questão de adequação da política económica, social e das instituições. Para que deixe de existir o problema do envelhecimento é necessário desenvolver políticas que incentivem naturalmente os indivíduos a ajustar e adequar os seus comportamentos a um ciclo de vida mais longo e com novas etapas biológicas, sociais e produtivas. O impacto do envelhecimento demográfico deve ser medido enquanto bem-estar futuro e não crescimento do PIB, e o facto de deduzirmos que o o mesmo implica a redução do rendimento per capita não é sinónimo de redução de bem-estar (Bloom et al., 2011).

Figura 9

Portugal. Sugestões de atuação



Fonte: Elaboração própria

Num contexto onde continuarão a existir assimetrias regionais na distribuição humana e no bem-estar, que favorecem o litoral e os centros urbanos e assumindo como inevitável o futuro previsto, elegemos 3 vetores privilegiados de intervenção para gerir a mudança (Rodrigues, Henriques, 2017a):

1

1. Políticas Migratórias e de Acolhimento Todos sabemos que políticas de acolhimento bem-sucedidas colocam Portugal entre os melhores em termos de práticas de integração. Não obstante, os volumes de entrada persistem em ser moderados, porque faltam oportunidades de emprego e os nossos imigrantes têm um perfil maioritário de imigrante económico pouco qualificado. O Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) define eixos e medidas para alterar esta situação: melhorar a capacidade para captar imigrantes e não apenas mão-de-obra; criar condições estruturais favorecedoras de estabilidade do mercado de trabalho (por via fiscal) e de promoção do emprego (por via da formação ao longo da vida e da sua valorização fiscal); melhorar a capacidade para reter pessoas de outras nacionalidades assegurando a diversidade cultural; revalorizar áreas estratégicas em que a sociedade portuguesa é manifestamente bem-sucedida (ciência, educação, turismo e saúde), o que pode tornar Portugal um país de residência preferencial para outros cidadãos europeus reformados.

2. Políticas de Natalidade e Família A solução para alterar a tendência negativa dos nascimentos exige a efetivação de soluções integradas que permitam fazer coincidir aspirações e realização familiar. Não se trata de uma questão estritamente financeira, porque o nível de poder de compra e de rendimento tem vindo a subir, mas de falta de expectativa sobre o futuro e de confiança nas instituições. Maior justiça fiscal (cada filho conta); leis flexíveis de articulação família-trabalho (licenças parentais, trabalho parcial), consolidar os sistemas de apoio à educação e acesso à saúde (maior apoio e menos custos); compromisso social com famílias mais carenciadas. Trata-se de remover obstáculos à qualidade do tempo da família: efetivar uma política de natalidade integrada de todos os intervenientes para todos os cidadãos; valorizar a família como unidade base da sociedade; promulgar medidas que, mais que criar benefícios, reduzam obstáculos a quem quer ter mais filhos e assumir uma atitude estratégica e prospetiva: as mudanças de comportamento inscrevem-se em tempos longos (Azevedo, 2014).

3. Políticas de Emprego e Educação Nomeadamente em três grandes setores de intervenção: 1. medidas dirigidas à entrada de jovens no mercado de trabalho, desde a prevenção do abandono escolar, ao desenvolvimento de programas de formação que façam a ponte entre o sistema de ensino e o emprego, subsídios à contratação de jovens e benefícios fiscais que estimulem a procura ativa de emprego, para que os jovens não se sintam tentados a substituir emprego por subsídios. 2. Medidas que evitem a saída precoce de trabalhadores mais velhos, o que passa por reformas da Segurança Social (encorajar mais trabalhadores a trabalhar até mais tarde e conceder subsídios temporários aos desempregados mais velhos, dando tempo para procurar atividades mais adequadas às suas competências e experiência de vida); Reformas e incentivos fiscais (novas formas de indexação pode debelar ou mitigar riscos de saída antecipada. Diminuir impostos em idades mais avançadas pode incentivar trabalhadores a permanecer no mercado de trabalho até mais tarde); Reformas no Mercado de Trabalho (bónus financeiros a trabalhadores entre 61 e 65 anos. 3. Medidas que promovam ambos os grupos, assentes nos pressupostos de intergeracionalidade (pontes de partilha de conhecimento entre os mais velhos, que passam o seu conhecimento intrínseco e os mais novos os seus conhecimentos em novas tecnologias), formação ao longo da vida, maior proporcionalidade na distribuição fiscal entre trabalhadores, não trabalhadores e pensionistas, aumento da taxa de atividade da população.

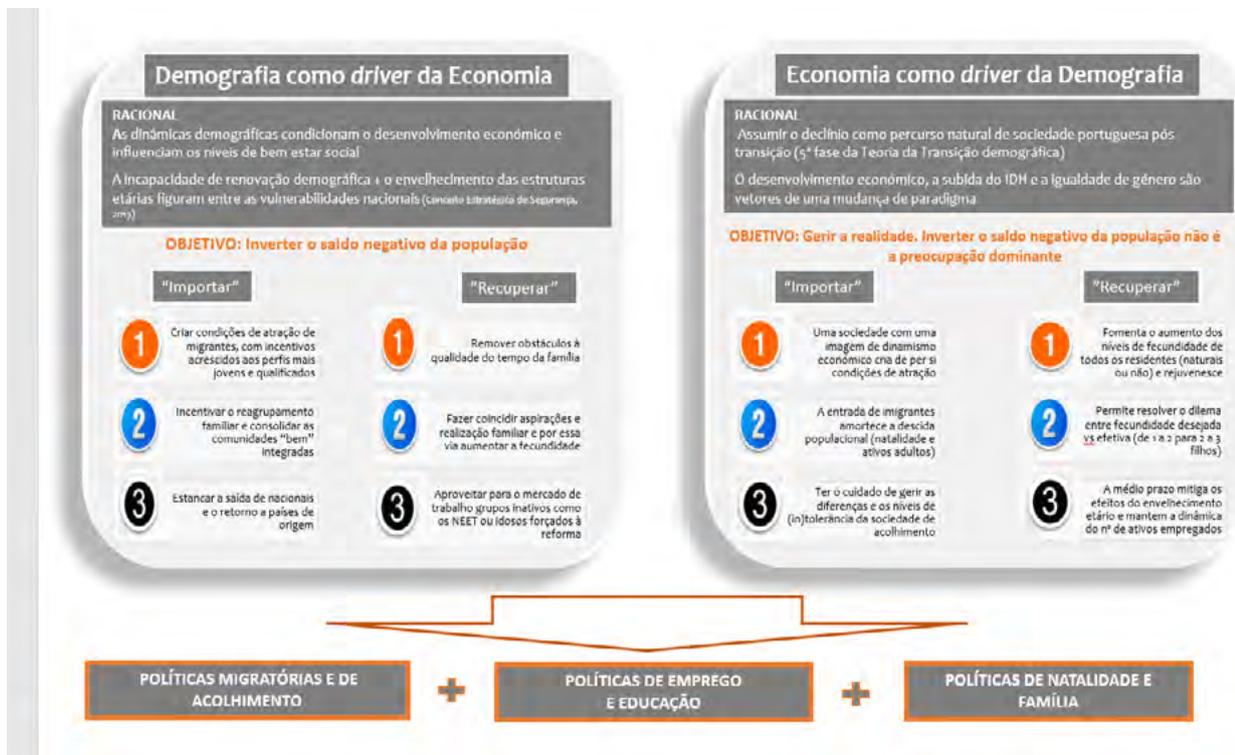
É possível mudar o que parece inevitável, mas não se mudam comportamentos sem mudar mentalidades. O envelhecimento demográfico é um dos maiores desafios da sociedade portuguesa, com consequências que não têm necessariamente de ser negativas, mas que exigem planeamento e uma mudança de paradigma. O discurso que predomina na sociedade portuguesa continua a delegar a tomada de decisão nos responsáveis políticos, mas esta passividade deve ser substituída por atitudes proativas. A responsabilidade da adaptação e mitigação não compete apenas aos decisores políticos, mas deve ser estendida a diferentes atores (empregadores, stakeholders, líderes de opinião e religiosos). E também aos cidadãos. Nenhuma mudança será possível sem que exista uma coincidência entre enquadramento legislativo e escolhas individuais. É preciso que a sociedade portuguesa encare a mudança em curso e repense todos os grupos etários (idade de reforma precoce, reforma tardia e velhice), de forma a criar uma política global da idade que articule os critérios de análise à nova realidade.

Será preferível continuar a tentar mudar perfis demográficos não desejados ou mais vantajoso recriar estratégias que permitam transformar em janelas de oportunidade as vulnerabilidades potenciais de uma população portuguesa que será necessariamente diferente num mundo também diferente? Uma nova população? Há que olhar o futuro sabendo que seremos menos e diferentes e devemos assumir a transformação da sociedade portuguesa e a redução populacional como natural e quase inevitável. Poderá a alteração do perfil dos futuros residentes mitigar o tão temido cenário de insustentabilidade do sistema de proteção social ao reduzir a pressão sobre os serviços? Quais as prioridades e o que podemos e devemos fazer para garantir o melhor equilíbrio possível entre qualidade e satisfação em equipamentos e no acesso a cuidados de saúde, educação, emprego, lazer e cultura, num contexto em que seremos menos e diferentes? Será a demografia um driver da economia ou o inverso? Apresentamos de seguida um exercício de reflexão e algumas propostas de futuros compromissos para gerir a nova realidade⁷ (Fig. 10).

⁷ O texto que se segue reproduz em grande parte os resultados da investigação realizada pela autora e Filipa Henriques (2017a).

Figura 10

Portugal. Demografia ou Economia?



Fonte: Elaboração própria

HIPÓTESE 1: A DEMOGRAFIA COMO DRIVER DA ECONOMIA

O racional é que as dinâmicas demográficas condicionam o desenvolvimento económico e influenciam os níveis de bem-estar social. A incapacidade de renovação demográfica, aliada ao envelhecimento das estruturas etárias, figuram entre as vulnerabilidades nacionais. O objetivo nesta abordagem é inverter o saldo negativo da população.

Portugal teve que se ajustar rapidamente a uma sociedade envelhecida, não apenas pelo aumento da esperança de vida, mas principalmente pela falta de nascimentos. Como se sustenta uma sociedade arquitetada no sistema pay-as-you-go, fortemente dependente das estruturas populacionais ativas, ou melhor, contribuintes líquidos que suportem um Estado Social? Em termos prospetivos a diminuição da população pode constituir uma ameaça, já que a perda de efetivos pode repercutir-se negativamente no desenvolvimento económico, com consequências na empregabilidade e no tecido produtivo nacional. Este efeito negativo é potenciado pelo facto pela pressão que o grupo mais idoso exerce, a nível contributivo e no que respeita às opções de investimento das políticas públicas (por exemplo na aposta em saúde infantil ou geriátrica; em creches ou em lares de dia), sobre a população mais jovem (que será a próxima população ativa). Torna-se necessário preparar a sociedade e a estrutura económica para esta realidade.

A natalidade tem concentrado a maioria das políticas de população⁸, secundadas pelas questões migratórias. Em Portugal tornou-se nos últimos anos evidente a urgência em estabelecer uma agenda que permita inverter a tendência decrescente da natalidade, criando condições favoráveis ao aumento dos níveis de fecundidade e de apoio às famílias, que apesar de diferentes continuam a ser a unidade de base da sociedade. O mesmo se aplica à gestão das migrações, desta feita numa perspetiva que vá para além da visão estritamente económica. O entendimento expresso no Programa do Horizonte 2020 da UE é o de que lidar com o envelhecimento da população exige um investimento social em ambos os vetores (natalidade e migrações). O Relatório The Evolution of the Family in Europe 2008 estabelece alguns indicadores demográficos críticos. Compara as políticas de família nos Estados membros, identifica as boas e más práticas e olha a imigração como principal fonte do crescimento demográfico europeu, embora consciente de que se trata de uma estratégia política interessante, mas limitada no tempo, difícil de implementar e manter e insuficiente para resolver o problema do envelhecimento da população europeia. Na Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade, a UE elaborou uma política externa equilibrada e completa em matéria de migração, sendo a relação entre migração e desenvolvimento uma das quatro prioridades operacionais identificadas. A migração é também uma prioridade específica do plano estratégico de desenvolvimento da Comissão para reorientar a sua ação para os países e setores que mais necessitem de apoio (Agenda da UE para a Mudança)

Inverter o saldo negativo da população residente é quase impossível no curto ou médio prazo. Partindo desta premissa existem 2 possibilidades para tentar gerir a situação: alterar a dinâmica do saldo migratório ou alterar a dinâmica do saldo natural: criar condições de atração de imigrantes e, simultaneamente, estancar a saída dos emigrantes e potenciar o seu retorno (falamos de indivíduos na sua maioria jovens, por vezes muito qualificados e em idade de casar e de ter filhos) e aumentar a imigração de forma a compensar parte das perdas devidas à emigração e à quebra da natalidade (neste caso, colmatando o défice entre nascimentos e óbitos); inverter a tendência decrescente da natalidade e aumentar o número de nascimentos.

⁸ Referimo-nos ao conjunto de medidas tomadas por entidades governamentais com o objetivo de alterar o movimento da população de forma direta ou indireta, o que pode ser feito através da atuação nas tendências da natalidade, da mortalidade e das migrações internas ou internacionais.

Importar para travar o declínio demográfico: políticas migratórias e de acolhimento - O aumento dos contingentes imigratórios influencia o volume de residentes de forma direta e indirecta: pelo acréscimo da população ativa, o rejuvenescimento etário e o aumento do número de nascimentos, porque os migrantes são maioritariamente jovens, em idade fértil e de constituir família. O recuo dos níveis de fecundidade, a descida da natalidade e o aumento da duração média de vida fazem com que um número crescente de países procure minorar os efeitos da falta de adultos em idade ativa. Muitos dos novos reptos destas sociedades terão no envelhecimento demográfico e nas migrações o seu pano de fundo estruturante, designadamente nos setores da atividade económica, do mercado de trabalho e do universo de contribuintes, o que exige novas respostas em termos de políticas públicas subsetoriais.⁹ O sucesso de um conjunto de medidas legislativas que incentivem a imigração e por essa via façam subir o total de residentes parece à primeira vista uma hipótese viável e pouco arriscada para solucionar alguns dos problemas de crescimento e sobretudo de rejuvenescimento da população.

Importar para travar o declínio demográfico pode ser uma hipótese e parece uma excelente medida conjuntural, mas em termos estruturais não é sustentável. Portugal sempre foi um país de migrantes e as últimas décadas demonstraram o sucesso das políticas de acolhimento e boas práticas de integração. Os volumes de entrada só persistem em ser moderados porque falta oferta de oportunidades de emprego. Os modelos clássicos de análise olham a imigração como um elemento de renovação da população, em particular em idade ativa, mas importa considerar que condições de atratividade conseguimos criar e que políticas de incentivo à imigração podem ser desenvolvidas ou melhoradas, com vista à obtenção dos resultados desejados (em termos de volume e de perfil etário, socioeconómico e formativo dos novos residentes. Que políticas de incentivo, acolhimento e integração são necessárias para efetivar o desejável desenvolvimento da economia portuguesa (Tab.4)?

Tabela 4

Fita do tempo. Migrações. Onde estamos? Como estaremos?

ANOS	
1993-2010	Saldos migratórios (I-E) positivos entre 1993 e 2010, embora gradualmente descendentes
2000-2008	Emigração anual constante
2008-2015	Aumento dos volumes de emigração, sobretudo com carácter temporário
2000-2010	Aumento gradual do total de residentes estrangeiros, sobretudo trabalhadores dependentes e para reagrupamento familiar
2008-2015	Redução gradual do total de residentes estrangeiros, com exceção para alguns perfis como o de estudantes do ensino superior
2015-2020	Implementação do Plano Estratégico para as Migrações
2020-2025	Inversão da tendência negativa dos saldos migratórios, por via da redução de saídas e aumento de entradas
2025-2050	Manutenção de saldos migratórios positivos, embora moderados (5 mil/ano), embora com as tradicionais assimetrias regionais de fixação (litoral urbano/interior rural)

Fonte: Governo de Portugal, 2015, pp.1654 (24); INE, 2015

Os fluxos migratórios tradicionais estão a ser substituídos por fluxos de mão-de-obra mais qualificada, com permanência temporária noutros locais, por vezes intermitente e tendencialmente associada a oportunidades de desenvolvimento pessoal e de progressão profissional. Este novo tipo de migração obriga-nos a reanalisar os fatores de motivação para imigrar, os modos de constituir e manter família, as opções de residência, o regime

⁹ Portugal enfrenta 5 desafios particularmente decisivos que convocam as migrações Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), PCM, 2015): 1) combate transversal ao défice demográfico e equilíbrio do saldo migratório; 2) consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes; 3) inclusão dos novos nacionais, por via da aquisição de nacionalidade ou da descendência de imigrantes; 4) reforço da capacidade de captação de migrantes, valorização das suas competências e talentos em contexto económico global; 5) reforço do vínculo das comunidades de emigrantes e reforço de condições para incentivar o retorno e reintegração. A procura de respostas a estes 5 desafios levou à identificação de outros tantos eixos prioritários e à proposta de adoção de 106 medidas.

fiscal e as regras de acesso a serviços de proteção no setor da educação, saúde, velhice e outras. Ficam algumas sugestões: melhorar a capacidade para captar imigrantes e não apenas mão-de-obra; criando condições estruturais favorecedoras de estabilidade do mercado de trabalho (por via fiscal) e de promoção do emprego (por via da formação ao longo da vida e da sua valorização fiscal); melhorar a capacidade para reter pessoas de outras nacionalidades assegurando a diversidade cultural; e revalorizar áreas estratégicas em que a sociedade portuguesa é manifestamente bem-sucedida, como a ciência e educação, ou a saúde e bem-estar, fator que pode tornar Portugal um país de residência preferencial para cidadãos europeus em benefício de reforma. Há ainda a considerar a questão da repartição dos imigrantes no território, que reflete as oportunidades e flexibilidade dos setores de atividade económica local predominante. A relação entre estas duas variáveis implica repensar a importância de fatores como as condições de habitabilidade, a existência de serviços e o acesso a bens em determinados locais para a capacidade de atração e fixação de população. Desigualdade de rendimentos, de consumo, de escolaridade e exigências e informação condicionam o grau de capacidade atrativa local. David Justino (2016) reconhece na dinâmica migratória um driver da economia e defende que o envelhecimento não seria um problema se o nosso mercado de trabalho conseguisse atrair trabalhadores. Considera que as políticas existentes privilegiam a atração de investimento e talento estrangeiro, quando deveriam ser direcionadas para a reforma do mercado de trabalho¹⁰, para a internacionalização da investigação científica e redução da saída dos portugueses mais qualificados. Só o crescimento económico poderá criar as necessárias oportunidades para as gerações futuras de trabalhadores, que os desincentivem a emigrar, os façam regressar e tragam mais imigrantes. O autor refere ainda a falta de medidas que rentabilizem as oportunidades criadas pela diáspora.

O futuro das migrações em Portugal depende do sucesso das políticas de integração e do investimento em setores chave, designadamente a aposta na educação e na formação profissional e o combate às atividades económicas informais associadas à imigração ilegal ou irregular. Depende também da capacidade endógena da economia (uma vez que a esmagadora maioria dos imigrantes e dos nossos emigrantes têm motivações económicas) para criar condições para reter os emigrantes potenciais, fomentar o retorno dos já emigrados e atrair e manter os imigrantes¹¹.

Mas como vimos a imigração nunca fará mais que mitigar o envelhecimento demográfico e não vai impedir a redução do total de residentes, mesmo num cenário otimista (Tab.4, Fig.4). Admitindo a possibilidade de retoma dos saldos migratórios a partir de 2020¹², embora pareça improvável o regresso aos valores dos anos 1990 (uns 30 mil efetivos por quinquénio), seria possível recuperar até 2030 mais de 1,2 milhões de novos residentes, ainda assim um total insuficiente para inverter a tendência recessiva de crescimento populacional. Caso a diferença entre o número de imigrantes e emigrantes se mantivesse em torno dos 40 mil efetivos/ano os ganhos de 2020 a 2050 poderiam ultrapassar 1,2 milhões de novos efetivos, valor insuficiente para evitar a descida do total de residentes no país.

Recuperar para travar o declínio: políticas de natalidade e família - As sociedades têm valorizado a juventude em detrimento da velhice, associando a juventude à renovação, energia criativa e capacidade de expansão e crescimento. Esta perceção faz com que a natalidade e os comportamentos de fecundidade se tenham tornado um tema recorrente e prioritário. Como fazer para recuperar nascimentos que podíamos ter e não temos? A resposta mais imediata para assegurar a renovação demográfica tem sublinhado a urgência de inverter a ten-

¹⁰ Sublinha a título de exemplo o dualismo das condições de trabalho entre o que designa por trabalhadores nacionais protegidos e estrangeiros em emprego precário.

¹¹ Um maior reconhecimento e valorização das suas competências, a facilitação de criação de novos empregos e projetos económicos, a alteração no regime jurídico do estatuto do imigrante, a promoção da legalidade migratória podem garantir a segurança necessária e a paz e estabilidade da sociedade portuguesa, onde novos e velhos migrantes (emigrantes portugueses e seus descendentes, imigrantes de segunda e terceira geração e recém-chegados) possam coexistir e criar sinergias proactivas.

¹² A reposição do saldo positivo seria feita por 3 vias: a não saída de cidadãos portugueses, o retorno de portugueses emigrados, a manutenção dos imigrantes residentes no país e alguma entrada de novos imigrantes. Num quadro legislativo que parece não ser urgente alterar se atendermos aos resultados muito positivos da avaliação de Portugal em sede de políticas migratórias, este processo seria gradual, diríamos mesmo natural, mesmo não sendo acompanhado pela alteração do perfil de imigrantes e emigrantes ou dos destinos de fixação atual de cada nacionalidade.

dência negativa dos totais de nascimentos, cujo número tem vindo a decrescer e assume especial intensidade nas duas últimas décadas. As lições aprendidas no que se refere a políticas europeias bem-sucedidas devem ser vistas, analisadas e adaptadas, com vista à seleção dos que mais se parecem adequar à nossa realidade (Tab.5). O problema é que os diagnósticos realizados sobre a realidade portuguesa, e que já a alguns anos alertavam para os efeitos negativos da redução do volume de nascimentos, não foram secundados por medidas efetivas de carácter prático e holístico. Porém, a discussão em torno deste tema teve a consequência positiva de permitir perceber que a solução para alterar a tendência negativa dos nascimentos não pode ser encontrada na efetivação de soluções soltas, e apenas a adoção de políticas amigas da família poderá ser eficaz e fomentar o tão desejado aumento da taxa de natalidade. As soluções comportam custos, mas a questão é que só serão aceites e assumidas caso os cidadãos nelas se revirem.

Tabela 5

Fita do tempo. Natalidade e Fecundidade. Onde estamos? Como estaremos?

ANOS	
1978-1995	Inicia-se a redução sustentada do volume anual médio de nascimentos até 1995
1982-2007	O número médio de filhos por mulher desce abaixo do mínimo indispensável para garantir a renovação das gerações e reduz-se ao longo de todo o período
1977-1995	O índice sintético de fecundidade decresce de forma acentuada, acompanhando a descida do total de nascimentos
1996-2000	O total anual de nascimentos e os níveis médios de fecundidade aumentam ligeiramente, devido ao contributo dos filhos de mães estrangeiras
2001-2010	Década de oscilações anuais no total de nascimentos e nos níveis de fecundidade
2009	O número de nascimentos passa a ser inferior ao de óbitos
2011-2016	O total anual de nascimentos reduz-se e os valores da fecundidade apresentam oscilações em torno de 1,3 filhos, com valores mínimos em 2016
2016-2051	Redução continuada do total de nascimentos, mesmo admitindo a possível subida gradual dos níveis de fecundidade.

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1900 a 2020

O envelhecimento tem efeitos nos modelos de fecundidade, reafirmando a urgência de medidas adequadas de apoio à família. Mas tem ainda outras consequências imediatas, provocando a alteração dos volumes de ativos, a necessidade de criação de serviços de apoio à terceira idade, a reformulação do sistema de pensões e o repensar dos cuidados de saúde, direcionados para novos tipos de população, numa sociedade onde as famílias são reduzidas e instáveis e onde as redes familiares e comunitárias de solidariedade, que substituíam no passado recente os cuidados formais, deixaram de funcionar. A nossa sociedade envelhecida teima em não ser para velhos, tal como as medidas avulsas de incentivo à fecundidade não têm sido bem-sucedidas. Trata-se de remover obstáculos à qualidade do tempo da família, que são cada vez menores, mas de composição mais complexa, nomeadamente pelo aumento rápido das taxas de divórcio, as recomposições familiares, as uniões de facto e a crescente representatividade dos nascidos fora do casamento (57% em 2018). Caso nada aconteça em termos de sucesso de políticas setoriais, existirão menos mães no futuro, as quais terão o seu 1º filho cada vez mais tarde e só excepcionalmente mais de 1. Não obstante, a discrepância entre o número de filhos desejados (2 a 3) e o real (1,4 em 2018) deve ser olhada como uma janela de oportunidade para efetivar o aumento dos nascimentos. Mesmo com a hipotética redução do número de mães, se o número de filhos tidos se aproximar do número desejado, em 2050 poderão nascer duas vezes mais crianças em Portugal que hoje.

Quando se procura identificar quais são os elementos que constituem as políticas amigas da família e possam criar as condições necessárias para aumentar os níveis de fecundidade, a resposta tem de ser procurada fora do vetor demográfico. Ou seja, através de respostas integradas que permitam melhorar as condições de vi-

vência quotidiana das famílias em Portugal, promover a conciliação da vida familiar com a vida profissional e estimular a imigração de população em idade ativa assente na reunificação familiar. Não se trata de uma questão estritamente financeira, porque o nível de poder de compra e de rendimento tem aumentado, mas sim de falta de expectativa e de confiança nas instituições e na eficácia das medidas que permitam articular vida profissional e familiar (qualidade de vida familiar: horários creche-escola-emprego, solidariedade necessária para com os mais idosos, pais e avós). As alterações observadas na forma de constituir família podem ser influenciadas pela falta de segurança, real e percebida, que assegure aos jovens em idade fértil estarem reunidas as condições que permitam lidar com o risco antes da formalização da relação conjugal, de entre os quais se destacam o acesso e condição perante o emprego, o acesso a habitação e a capacidade para suportar as despesas inerentes a uma família. Estes são os fatores mínimos na definição de segurança para a constituição de família autónoma, que são mais determinantes que a insegurança em relação ao crime, desastres ou outros fenómenos imprevisíveis. É no plano pessoal que as pessoas avaliam o risco a que ficam expostas, caso necessitem de recorrer aos sistemas de saúde, educação, justiça e segurança social.

Será de admitir para sempre a não renovação das gerações ou conseguir mudar comportamentos e transformar gradualmente o país num espaço amigo das crianças e das famílias¹³? Falamos de um compromisso social e político estável. A vantagem hoje é a de todos os decisores políticos parecem coincidir nesta vontade, o que indicia que elas tenderão a ser efetivadas. Joaquim Azevedo (2014:127) fala de quatro propostas para promover a natalidade em Portugal, que nos devem fazer pensar: 1) a efetivação de uma política de natalidade integrada de todos os intervenientes para todos os cidadãos; 2) a valorização da família como unidade base da sociedade; 3) mais que criar benefícios a promulgação de medidas deve preocupar-se em reduzir obstáculos a quem quer ter mais filhos; 4) assumir uma atitude estratégica e prospetiva, porque as mudanças de comportamento demográficas se inscrevem em tempos médios e longos.

Caso fosse possível assegurar que nas próximas décadas todas as mulheres pudessem ter 2 filhos, um número próximo que parecem desejar ter, os ganhos seriam substanciais e crescentes, à medida que cada vez mais mulheres atingissem a idade fértil e fossem elas próprias mães de mais filhos em média. Falamos de um ganho que ainda poderia ser acrescido com as mães não portuguesas. Mas só o cenário mais otimista, resultante da revisão em alta dos nascimentos e das migrações poderia evitar a anunciada redução da população (Fig.4). A alteração da tendência do número médio dos nascimentos é insuficiente para evitar a descida do número de residentes em Portugal, mesmo que fosse possível alterar a partir de hoje os níveis de fecundidade.

Mesmo no cenário mais otimista, o impacto conjugado de subida dos níveis de fecundidade até à quase renovação das gerações, apoiado em saldos migratórios constituídos maioritariamente por adultos jovens permitiria até 2050 aumentar em 47% a percentagem de jovens (de 11,5 para 16,9%) e reduzir e 22% a percentagem de população com 65 e mais anos (de 34,0 para 26,5%). Menos significativos seriam os ganhos e perdas em termos de população residente em idade adulta e potencialmente ativa, sendo esperado que só a partir de 2040 se observasse um aumento do peso relativo deste grande grupo. Qual o impacto destes resultados no setor económico e educativo?

Recuperar para travar o declínio demográfico: políticas de emprego e educação - A nível comunitário, o ajustamento do mercado de trabalho perante as mudanças em termos de esperança de vida, fecundidade e migrações foi feito à custa dos mais jovens, uma vez que a taxa de participação dos mais velhos, com exceção de poucos países incluindo Portugal, aumentou. Não obstante, em Portugal os trabalhadores seniores têm estado menos expostos ao risco de desemprego, quando comparados com os jovens, que foram particularmente

¹³ Alguns pontos a reter: maior justiça fiscal (cada filho conta individualmente); leis flexíveis e articuladas de enquadramento à articulação família-trabalho (legislação sobre licenças parentais, trabalho parcial), o redesenhar do sistema de apoio à educação e de solidariedade social (custos e horários), de acesso à saúde (maior apoio e menos custos), e assumir, para as famílias mais carenciadas um compromisso social (estabelecendo tarifários para despesas domésticas com água, luz, ATL, passes).

afetados pelo desemprego e a redução de oferta de emprego durante a recente crise. Discutir o futuro da população ativa e que parte da população está economicamente ativa torna-se crucial para que seja possível debelar pressões sobre o sistema social.

Portugal enfrenta grandes mudanças, mas a sua abrangência e intensidade estão dependentes da evolução da esperança média de vida, da fecundidade e das migrações. Poderão estas determinantes ser mitigadas pela recuperação de grupos que se encontram inativos ou desempregados? Do ponto de vista estritamente demográfico o rácio de dependência total é bastante confortável, dado que em 2018 por cada 100 ativos existem 55 dependentes (PORDATA, 2018). No entanto, se analisarmos os grupos verdadeiramente produtivos economicamente e contribuintes líquidos verificamos que apenas 78,8% da população em idade ativa se encontra empregada. Se contabilizarmos apenas a empregada, percebemos que menos de metade da população residente contribui economicamente para o sistema (48%, cerca de 4913,1 mil). Este facto deixa em aberto a hipótese de recuperar efetivos em todos os grupos, sobretudo os mais jovens e mais velhos.

Recuperar os jovens desempregados poderia representar uma maisvalia económica. O aumento da escolaridade obrigatória faz com que a generalidade dos jovens entre os 15 e 24 anos ainda esteja a estudar, mas 18,3% dos que se encontram disponíveis para trabalhar estão desempregados, muitos dos quais NEET (PORDATA, 2018). Uma percentagem elevada, sobretudo porque ao falar de jovens não se trata apenas do seu contributo económico-financeiro atual, mas de renovação geracional. Recuperar idosos inativos é também possível. Em 2018 21,7% da população residente tem 65+ anos, mas apenas uma percentagem muito residual (5,3%) continua a trabalhar, mesmo considerando o aumento da idade da reforma oficial, o que significa que nos remanescentes 16,4% poderíamos encontrar gente disponível para prolongar a atividade, por vontade ou por necessidade. Até hoje, as reformas políticas nos sistemas de pay-as-you-go têm sido discutidas ao nível de avançar a idade de reforma para que haja mais trabalhadores no ativo e menos pensionistas. Mas esta medida só será positiva caso o mercado de trabalho o justifique, pois aumentar a idade de reforma sem um aumento de emprego efetivo pode gerar mais desemprego, quer em idades mais avançadas quer ao longo da estrutura etária. Assim, as medidas de política de aumento de idade de reforma devem ser acompanhadas de estímulos à economia, ao investimento para que haja necessidade efetiva de contratar trabalhadores.

Um estudo da Comissão Europeia (2015) defende a promoção de políticas de emprego que combinem o emprego jovem com a retenção dos mais idosos, em vez de medidas direcionadas apenas a um dos grupos e desmistifica a ideia sobre as vantagens potenciais de enviar os trabalhadores mais velhos para a reforma para dar lugar aos jovens, sublinhando que essa decisão não é de per si um estímulo à entrada destes últimos no mercado de trabalho, porque os dois grupos não competem entre si. O estudo apresenta três conjuntos de medidas que visam articular as mudanças demográficas com reformas nos sistemas de pensões e reestruturação e flexibilização do mercado de trabalho direcionadas para os diferentes grupos etários. A aplicação a Portugal dessas medidas está sintetizada na Fig. 11. Dividimos as nossas propostas segundo os grupos etários que, em nosso entender, deverão ser objeto de medidas diferenciadas, mantendo uma correspondência entre as cores escolhidas.

Figura 11

Portugal. População por grupos de idade “a recuperar” em 2051



Combinação de Medidas para incentivar a empregabilidade jovem e a retenção de trabalhadores mais velhos				
<p>0-19 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1,3 milhões • Manter no Sistema de Ensino obrigatório • Prevenir abandono escolar precoce • Medidas anti-NEET 	<p>20-24 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 385 mil • Desenvolver Programas de formação vocacional de aproximação à vida ativa. • Aprendizagem <i>on-the-job</i> • Prevenção da saúde mental • Promoção da formação superior 	<p>25-64 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3,8 milhões • Políticas ativas de Emprego: auto-emprego e empreendedorismo • Reformas na Proteção laboral para estimular a empregabilidade. • Esbater diferenças contratuais entre trabalhadores jovens e mais velhos • Formação ao longo da vida 	<p>65-69 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 575 mil • Aumento da idade de reforma • Sistema fiscal mais favorável à permanência no Mercado de trabalho 	<p>70+ anos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2,3 milhões • Reforma fiscal: Maior proporcionalidade fiscal entre trabalhadores e Pensionistas • Reforma na Segurança Social

Fonte: Rodrigues, Henriques, 2017a

Para que seja possível aumentar no futuro próximo a população ativa há que combinar medidas preventivas para evitar desperdício de jovens no desemprego, cujo limite etário propomos alargar até aos 19 anos, porque entendemos que requer medidas de intervenção direta para evitar que sejam futuros NEET’s. O ensino deve estar orientado para fazer permanecer os jovens no sistema escolar e evitar o abandono precoce. Se o ensino clássico não motiva determinados jovens, devem encontrar-se alternativas de ensino mais motivadoras. O sistema educativo continua a não estimular o empreendedorismo ou o desenvolvimento de competências para além das tradicionais disciplinas e saberes, mas numa realidade em mudança há que apostar no desenvolvimento de áreas criativas e dinâmicas, que dotem os jovens de competências menos tradicionais. Até 2050 será possível ganhar até um máximo de 1,3 milhões de trabalhadores.

No grupo dos 20 aos 24 anos (cinza) sugerimos medidas preventivas, que incluam o desenvolvimento de programas de formação de aproximação à vida ativa com aprendizagem *on-the-job*, promovendo o aumento dos níveis de qualificação. Este investimento evita o desemprego, o desinteresse e contorna a dificuldade de entrada no mercado de trabalho. Deve ainda ser precavida a desadequação entre a formação superior e a disponibilidade de absorção do mercado de trabalho. Neste grupo será possível ganhar até um máximo de 385 mil trabalhadores.

No que respeita ao grupo alargado dos 25 aos 64 anos devem ser promovidas políticas ativas de emprego (como o autoemprego e o empreendedorismo por serem formas de dinamizar o mercado de trabalho), bem como planos de formação ajustados às necessidades do mercado de trabalho e à evolução e progressão de carreira individual, promovendo a transição interprofissões e carreiras. Com trajetos contributivos mais longos é necessário motivar e promover a mudança de funções ao longo da mesma. A proteção laboral portuguesa

parece promover a desigualdade entre trabalhadores. Se por um lado existem trabalhadores com contratos praticamente vedados ao despedimento (tradicionalmente mais velhos), existe outros com proteção laboral quase inexistente (tradicionalmente mais jovens). Um menor distanciamento entre as duas situações contratuais contribuiria para a existência de um mercado mais flexível e estimulante ao investimento. Neste grupo será possível ganhar até um máximo de 3,8 milhões de trabalhadores.

No grupo com idades entre os 65 e os 69 anos (azul), as medidas deverão ser de estímulo para aumentar a permanência no mercado de trabalho, mediante incentivos fiscais e profissionais e da prevenção de doenças físicas e mentais. Neste grupo será possível ganhar até um máximo de 500 mil trabalhadores. Por fim, no referente ao grupo mais velho de 70 e mais anos propomos que haja uma maior proporcionalidade entre a vida contributiva e a vida inativa.

Para garantir o futuro será importante desenvolver novos mecanismos de solidariedade entre gerações, promover uma melhor integração dos mais jovens na sociedade e apostar na redefinição dos ciclos de vida ativa, eliminando o seu carácter rígido e estanque e criando enquadramentos flexíveis que possam ser compatíveis com a vontade da população, pois é impossível fazer reformas sem ter o apoio da população. A criação de uma segunda vida ativa para os novos idosos parece ser um dos elementos centrais, bem como a preservação da classe média, não só o garante de uma democracia mais forte como um eixo imprescindível de todo o sistema económico português.

HIPÓTESE 2: ECONOMIA COMO DRIVER DA DEMOGRAFIA

O racional é assumir o declínio como percurso natural de sociedade portuguesa pós transição (5ª fase da Teoria da Transição demográfica). O desenvolvimento económico, a subida do Índice de Desenvolvimento Humano e a igualdade de género são vetores de uma mudança de paradigma. O objetivo nesta abordagem é gerir a realidade e inverter o saldo negativo da população não é a preocupação dominante.

Assumir o declínio como percurso natural da população é outra hipótese.

Devemos assumir o declínio da fecundidade, estabilizando a níveis inferiores à renovação da geração? - As propostas dos futuros possíveis (futuríveis) encontram-se interligadas ao desenvolvimento económico, humano e de igualdade de género. Myrskylä et al (2009) e Wilson (2013) correlacionam positivamente o desenvolvimento económico e humano à fecundidade. Dão como exemplo os países mais desenvolvidos do norte da Europa, que atualmente apresentam os níveis mais elevados nos índices de desenvolvimento humano e de igualdade de género e apresentam uma curva do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em forma de "J", recuperando após décadas de declínio. Assim, os países que neste momento atravessam uma fase pós-transaccional de baixa fecundidade como Portugal, podem evoluir para níveis mais elevados quando progredirem no estágio de desenvolvimento humano e de igualdade de género. Assim, logo a seguir à fase pós-transaccional os países experienciam uma fecundidade extremamente baixa, mas gradualmente vão ascendendo no "J" da curva da fecundidade, à medida que conquistam bem-estar económico, igualdade de género (Kabeer, 1996) e desenvolvimento Humano.

Será que devemos assumir que as migrações irão conseguir amortecer este declínio? - Durante anos, as migrações para a Europa, onde a fecundidade há muito que desceu abaixo dos níveis de renovação geracional, travaram o declínio populacional (Wilson, 2013; Billari, 2011). Mas quanto tempo mais irão conseguir mitigar este declínio (in)evitável? Assumir que a "renovação das migrações" pode resolver o problema do declínio populacional europeu pode parecer teoricamente aprazível, mas coloca à Europa uma pressão e tensão social, cultural e de segurança muito atual e politicamente ambivalente, atualmente bem evidenciada. Como vimos atrás, e Bloom et al (2002) reforçam, seria necessária uma importação massiva de migrantes para conseguir anular os efeitos do envelhecimento da população. Para estes autores esta solução é perfeita na teoria, mas está longe de ser concretizável na prática.

Vários investigadores (Canning, Fink, Finlay, Mansfield, Moore, Prettnner) têm refletido sobre a interligação entre envelhecimento populacional e crescimento económico e as suas implicações nas políticas públicas. Assumem que os mais idosos têm necessidades e comportamentos diferentes das gerações mais jovens. Tendem a trabalhar e poupar menos, podendo significar que no futuro haverá menos capital e menos mão-de-obra disponível, necessitam de mais cuidados de saúde e familiares e na generalidade dos países contam com as suas pensões de reforma como rendimento disponível. Assim, será difícil os governos optar por cortes nas pensões ou nos cuidados de saúde, por se tratar de um grupo politicamente mais ativo que os mais jovens, fazendo prevalecer as suas prioridades em detrimento das necessidades de outros grupos etários. Agir perante esta inevitabilidade passaria por:

<p>Controlar o pessimismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> •há duzentos anos Malthus previu o fim do crescimento económico e a fome causada pela incapacidade dos recursos aumentarem a ritmo das necessidades impostas pela revolução demográfica. A visão malthusiana parecia a única possível, mas não o foi, porque a revolução agrícola permitiu aumentar a produtividade dos solos e a quantidade de alimentos com menos recursos, fruto da revolução tecnológica
<p>Não dar por adquirido que o declínio populacional é mau</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Se os recursos tecnológicos evoluem e substituem certas tarefas humanas, se não há emprego para todos e a economia cresce lentamente, queremos mais pessoas para quê?
<p>Ver para além dos quantitativos populacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Não olhar o problema em termos de quantidade, mas sim de qualidade. Mais importante que saber se a população diminui ou aumenta, há que avaliar os níveis de desenvolvimento económico e humano, saúde e bem-estar coletivo (Henriques, 2016)
<p>Reconhecer que as alterações na estrutura etária de uma população não impactam negativamente no crescimento económico</p>	<ul style="list-style-type: none"> •existe uma correlação positiva entre longevidade, bem-estar e consumo (Nordhaus, 2003): indivíduos que vivem mais anos permanecem produtivos até mais tarde (Preston, 1975); a diminuição de mão-de-obra pode originar pressões para aumentos salariais e aumentar o rendimento; a redução da população em idade ativa pode ser compensada pela introdução no mercado de trabalho de "franjas" populacionais que à partida estavam fora da atividade económica
<p>Ter em consideração que a saúde dos idosos vai melhorar e a mortalidade diminuir</p>	<ul style="list-style-type: none"> •os futuros ganhos em educação poderão compensar potenciais efeitos negativos do envelhecimento, o que diminuirá os encargos gerais com esse grupo (Fries, 1989; Costa, 2002; Crimmins, 2011)

Não obstante, outros como Bloom (2007, 2011) afirmam que as alterações na estrutura etária de uma população não impactam negativamente no crescimento económico, por diferentes razões: 1) longevidade e PIB per capita correlacionam-se positivamente (o aumento na longevidade parece fortemente associado ao rendimento per capita, pelo que quem vive mais anos poderia continuar produtiva até mais tarde (Preston, 1975); 2) a diminuição futura da mão-de-obra disponível não significa que a existente seja menos produtiva (essa diminuição pode originar pressões para aumentos salariais, aumentando o rendimento disponível e a capacidade de consumo.); 3) mau grado a diminuição da população em idade ativa, pode ser possível recuperar essa população ativa através da introdução no mercado de trabalho de franjas populacionais que estavam fora do mercado de trabalho (redução do desemprego jovem, recuperação de pessoas mais velhas que estejam aptas a trabalhar, aumento da participação da mulher no mercado de trabalho); 4) longevidade, bem-estar e consumo correlacionam-se positivamente (Nordhaus, 2003)

O rendimento diminui durante a reforma, mas o consumo mantém-se elevado e o facto de deduzirmos que o envelhecimento conduz à diminuição do rendimento per capita, não significa que corresponda a uma diminuição de bem-estar. O rendimento per capita não é uma medida de bem-estar e este depende do consumo e não do rendimento. Assim o impacto do envelhecimento deve ser medido em termos de bem-estar futuro e não em taxas de crescimento de PIB. Isto porque cada indivíduo ao longo do seu ciclo de vida adapta de duas formas os seus comportamentos, por forma a aumentar o seu bem-estar. Sabendo que viverá mais anos e que há compressão da morbilidade, pode optar por trabalhar mais tempo, garantindo um nível de consumo que lhe assegure bem-estar, mesmo na reforma. Ou reforma-se mais cedo, e se as reformas não forem compatíveis com o bem-estar que deseja, passa a poupar mais cedo para garantir que na reforma assegura o bem-estar pretendido. Assim, a suposta dependência nas idades mais avançadas pode não ser bem real. Embora nas sociedades desenvolvidas as principais transferências estatais sejam para o grupo dos mais velhos, fruto dos sistemas de welfare, alguns estudos provam que os mais velhos realizam avultadas transferências para as gerações mais novas, contrapondo alguns dos efeitos das políticas governamentais (Manson et al, 2006; Bloom, 2011).

Com o envelhecimento as populações alteram os comportamentos face ao trabalho, à produtividade e às poupanças (Cingano, 2014). Teoricamente, em sociedades mais jovens com uma população ativa mais disponível,

o crescimento económico acelera e vice-versa; por seu turno, em sociedades mais envelhecidas, com menos mão-de-obra disponível, o crescimento económico tende a desacelerar. Esta assunção leva a que autores como Peterson (1999) ou Greenspan (2003) sejam verdadeiros profetas da desgraça, ao assegurarem que o envelhecimento da população irá desencadear uma crise que irá engolir a economia mundial comprometendo os estados democráticos. Mas estas profecias apenas consideram os efeitos contabilísticos. Ou seja, o futuro não deve ser traçado apenas tendo em conta os efeitos contabilísticos Bloom et al (2007, 2011). Há que considerar a mudança comportamental no ciclo de vida de um indivíduo e das suas expectativas (por ex. a decisão de aumentar a sua vida ativa ou alterar o perfil das poupanças face a ganhos na esperança média de vida).

Em conclusão, enquanto não for entendido que o envelhecimento não é um simples problema demográfico, mas uma questão de adequação da política económica, social e das instituições, continuaremos a deixar que a demografia marque o compasso da economia e da sociedade. Para que o problema do envelhecimento deixe de o ser, é necessário focar esforços no desenvolvimento de políticas que incentivem naturalmente os indivíduos a ajustar e adequar os seus comportamentos (Bloom, 2011). Falamos de, nomeadamente:

- Liberalizar a idade de reforma, para que quem queira trabalhar até mais tarde tenha incentivo par o fazer;
- Flexibilizar as reformas (conjugação de soluções públicas e privadas);
- Gerir expectativas sobre o rendimento disponível na idade de reforma;
- Promover mudanças legais e culturais que permitam o diálogo e respeito, evitando potenciais focos de conflito intergeracional;
- Proteger legalmente os trabalhadores mais velhos para evitar a sua discriminação laboral;
- Garantir formação ao longo da vida para que os indivíduos ajustem o seu conhecimento à economia em mudança;
- Investir na promoção da saúde, desenvolver a medicina preventiva para que a população idosa seja efetivamente mais saudável, evitando a sobrecarga nos sistemas de saúde e na segurança social e permitindo a compressão da morbilidade, possibilitando que as pessoas trabalhem até mais tarde e os mais velhos continuem a passar o seu conhecimento e know-how entre gerações;
- Estimular a igualdade de género no acesso ao mercado de trabalho e promulgar medidas de que permitam conciliar a vida familiar com vida ativa;
- Políticas de migração que garantam a total integração dos imigrantes numa sociedade intercultural em mosaico e promovam a reunificação familiar;
- Ajustar políticas de financiamento de pensões. Encontrar equilíbrio entre as transferências intergeracionais promovidas pelos sistemas pay-as-you-go e sistemas de financiamento de fundos de pensões;
- Assegurar que existe estabilidade e maturidade do sistema bancário para gerar confiança nos depósitos que são realizados.
- Garantir que existe um equilíbrio entre consumo e poupança para que por um lado indivíduos que tem a sua pensão integralmente assegurada pelos governos não pressionem as coortes mais jovens e mais pequenas, com impostos. Esta subversão pode gerar conflitos intergeracionais que devem ser evitados.

Os tempos de (in)evitabilidade chegaram. Como poderá ser o futuro? Como vimos, nem o aumento dos níveis de fecundidade, nem uma extraordinária retoma económica e condições excecionais de atratividade migratória poderão evitar a redução do número de residentes. A concretização do cenário mais otimista baseado na conjugação das tendências mais positivas de natalidade e migrações é improvável. Devemos assumir o declínio populacional como natural. E ao assumir devemos mitigar os efeitos menos desejados desta realidade e gerir de forma sustentável a nova realidade em construção. Planear de vanço é o grande desafio e a grande oportunidade. Demography is not only destiny, ao contrário do que Comte dizia. E as decisões políticas, a inovação e as alterações nos comportamentos coletivos são os drivers de mudança no Portugal do futuro.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Joaquim (2014). Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035). Remover os obstáculos à natalidade desejada, (coord), Fundação Francisco Sá Carneiro, julho 2014
- BARROS, P. P. (2013). Pela Sua Saúde. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos SantosFFMS.
- BLOOM, D. E., CANNING, D., SEVILLA, J. (2002). The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change, RAND, MR-1274, Santa Monica, Calif., 2002
- BLOOM, D.E., Canning, D., Fink, G., and Finlay, J. (2008). "Demographic Change, Institutional Settings and Labor Supply." Mimeo, PGDA, Harvard University
- BLOOM, D., CANNING, D., FINK G. (2011). Implications of population aging for economic growth. PGFA Working Papers, nº 64. Harvard
- BILLARI, F., ZUANNA, G. (2011). Is replacement migration actually taking place in low fertility countries? *Genus* 67(3).
- CARREIRA DA SILVA, F. (2013). O Futuro do Estado Social. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos SantosFFMS.
- CHRISTENSEN, K., DOBLHAMMER, G., RAU, R., VAUPEL, J. W. (2009). Ageing populations: the challenges ahead. *The Lancet*, 374: 1196-208.
- CINGANO, F. (2014). "Trends in Income Inequality and its Impact on Economic Growth." OECD Social, employment and migration working papers, nº 163. OECD. Paris [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/trends-in-income-inequality-and-its-impact-on-economic-growth_5jxrjncwxv6j-en#page9
- CRIMMINS, E. M, BELTRÁN-SÁNCHEZ, H. (2011). Mortality and Morbidity Trends: Is There Compression of Morbidity? *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*. 66B (1): 75-86.
- DENTON, M., PRUS, S., WALTERS, V. (2004). Gender differences in health: a Canadian study of the psychosocial, structural and behavioral determinants of health. *Social Science & Medicine*. Elsevier. 58 (12): 2585-600.
- DESJARDINS, B., LÉGARÉ, J. (1984). Le seuil de la vieillesse. *Sociologie et Sociétés*, XVI (2): 37-48.
- EUROPEAN COMISSION (2014), Increasing the Impact of EU Development Policy: An Agenda for Change, [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX%3A52011SC1172&qid=1412922578329&from=EN>
- EUROPEAN COMISSION (2014)., Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade [Consultado em: 20 setembro 2015] Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/reasons/reasons_other/npdocs/portugal/2014/com20140096/com20140096_assembleia_opinion_pt.pdf

Ferreira Rita, Fazer mais bebés, os políticos podem ajudar-nos?, Observador, 15 setembro 2015, disponível em: <http://observador.pt/especiais/fazer-mais-bebes-os-politicos-podem-ajudar-nos/>

FERNANDES, Adalberto C. (2017). A crise e os desafios do sistema de saúde em Portugal. Políticas públicas e o papel do Estado no século XXI – ciclo de mesas-redondas «Ter Estado», Lisboa: IDN, Atena 36: 167-70.

FERRÃO, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001. Revista de Estudos demográficos, Lisboa: INE 34: 17-25.

GOVERNO DE PORTUGAL (2012). Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações. Programa de ação, 2012 | Portugal. Consultado em a 3 de Fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/Programa%20A%C3%A7aoAnoEuropeu2012.pdf>.

GOVERNO DE PORTUGAL (2015). Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020, Diário da República n.º 56/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-03-20

Greenspan, A. (2003). Aging global population. Testimony before the special committee on aging. US. Senate. February.

HENRIQUES, F. (2005). Envelhecimento, Educação e Saúde uma análise prospectiva. Portugal 2021, Provas de dissertação de Mestrado ISEGI, UNL, (Policopiado), Lisboa

HENRIQUES, F. (2017). Globalização da população. Modelo de transformação global. Que Portugal em 2051? Lisboa: FCSH-UNL.

HENRIQUES, F., MACHADO, G., LEÃO, C. (2014). Considerações Finais: Portugal 2030. Prioridades políticas em saúde. In: T. Rodrigues, M. R. Martins. Rodrigues, Martins, Envelhecimento e Saúde. Prioridades Políticas num Portugal em Mudança. Lisboa: Ed. IH: 233-275. Consultado em a 2 de setembro de 2017. Disponível em http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/artigos/Livro_Envelhecimento%20e%20Saude_Prioridades%20Politicas%20num%20Portugal%20em%20mudanca.pdf.

HENRIQUES, F., RODRIGUES, T. (2010). «Essay on Ageing and Health projections in Portugal», JOINT EUROSTAT/UNECE WORK SESSION ON DEMOGRAPHIC PROJECTIONS. INE, Lisboa, Maio 2010. [Consultado em: 21 julho 2015] Disponível em: <http://www.unece.org/stats/documents/ece/ces/ge.11/2010/wp.6.e.pdf>

INE (2002). O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas. Estudo do Serviço de Estudos sobre a População do departamento de Estatísticas Censitárias e da População. Consultado em a 30 de dezembro de 2015. Disponível em: www.ine.pt.

INE, Destaques, Situação dos migrantes e seus descendentes diretos no mercado de trabalho dez2015 file:///C:/Users/Teresa/Downloads/16DialInternacionalMigrantes_2015.pdf

INE (2013). Inquérito à Fecundidade das Famílias Portuguesas. [Consultado em: 30 outubro 2015] Disponível em: <http://www.ine.pt/>

INE (2020). Estatísticas Demográficas [Consultado em: 30 outubro 2019] Disponível em: <http://www.ine.pt/>

INE (2016). Destaque. Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal, 20 de dezembro de 2016. Consultado em a 10 de maio de 2017. Disponível em file:///C:/Users/Teresa/Downloads/16EstimPopRes2016_2017-PT.pdf.

INE, Estatísticas do Emprego 4º Trimestre 2015

JUSTINO, D. (2016). Old Wine in New Bottles?, Migration Policy Institute, Washington

KABEER, N. (1996). Gender, Demographic Transition and the Economics of Family size: Population Policy for Human-Centred Development. United Nation Research Institute for Social Development United Nation Development Programme. Genebra. Suíça.

MANSON, A. LEE, R. et al. (2006). Population Aging and international transferers: Introducing age into national accounts. NBER working papers 12770. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA

MARTINS, J. O., MAISONNEUVE, C. (2006). The drivers of public expenditure on health and long-term care: an integrated approach. OECD Economic Studies 43: 115-54.

MARTINS, R. O., RODRIGUES, I., RODRIGUES, T. (2014). Projecting Health Outcomes for Portuguese Ageing Population: Challenges and Opportunities. Health 6: 1874-1882, Published Online July 2014 in SciRes. Consultado em a 2 de novembro de 2015. Disponível em <http://www.scirp.org/journal/Health/>.

MDN, Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013, Disponível em: https://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf

MYRSKYLA, M., KOHLER, H., BILLARI, F. (2009). Advances in development reverse fertility declines. Nature 460 (7256): 741-743

MOREIRA, M. J. G., ALVES, H., FERNANDES, O. (2010). Tipologias Regionais do Envelhecimento da População Portuguesa (1900-2005). O envelhecimento no topo. Comunicação apresentada na sessão “Vejez y envejecimiento en la Península Ibérica desde una perspectiva comparada (siglos XVIII-XX)”, no IX Congresso da ADEH. São Miguel, Açores, Portugal, 16 a 19 de Junho de 2010

MOREIRA, M. J. G. (2010). Environmental Changes and Social Vulnerability in an Ageing Society: Portugal in the Transition from the 20th to the 21st Centuries. Hygieina Internationalis, 9 (1),pp. 397 – 409

MOREIRA, M. J., HENRIQUES, F. (2014). Mudanças demográficas e estado de saúde em Portugal entre 1970 e 2013. In: T. Rodrigues, M. R. Martins. Rodrigues, Martins, Envelhecimento e Saúde. Prioridades Políticas num Portugal em Mudança. Lisboa: Ed. IH: 71-100. Consultado em a 2 de maio de 2017. Disponível em http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/artigos/Livro_Envelhecimento%20e%20Saude_Prioridades%20Politicas%20num%20Portugal%20em%20mudanca.pdf.

NAZARETH, J. M. (1979). O envelhecimento da população portuguesa. Lisboa: Editorial Presença.

NAZARETH, J. M. (2009). Crescer e envelhecer. Constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico. Lisboa: Editorial Presença.

OCDE (2014). Directorate for Employment, Labour and Social Affairs, Social Policy Division; Sciences Po. Paris. Consultado em: 2 novembro 2015. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5js6363503f6.pdf?expires=1435164079&id=id&accname=guest&checksum=F80B3CBF6214C5BE2B9F-CAD405EB4764>

OCDE (2015a). More Years, better lives. Strategic Research Agenda on Demographic Change, Consultado em: 2 novembro 2015. Disponível em: <http://www.jp-demographic.eu/>

OCDE (2015). More years, better lives. Strategic Research Agenda on Demographic Change. Consultado em a 2 de novembro Novembro de 2015. Disponível em <http://www.jp-demographic.eu/>.

OECD. (2015). Labour Force Statistics 2014. Consultado em: 2 novembro 2015. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-labour-force-statistics_23083387

PEIXOTO, J. (2017). Migrações e Sustentabilidade Demográfica, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos FFMS. Consultado em a 2 de setembro de 2017. Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/4b3c99c-f-f49c-4cd2-8ca4-a1ee7b1a77e8/migracoes-e-sustentabilidade-demografica>.

PEREIRA, L. N., CHORÃO, L. R. (2009). Avaliação da qualidade de vida e bem-estar. In: T. Rodrigues et al. (eds.) Regionalidade Demográfica e Diversidade Social. Porto: Edições Afrontamento: 129-151.

PETERSON, P. (1999). Gray Dawn: The global aging crisis Foreign affairs. Janeiro/fevereiro.

PIRES, R. P. (2010). Portugal: Atlas das Migrações Internacionais. Lisboa: Tinta da China

PORDATA (2019). Retrato de Portugal em 2019 Consultado em: 2 fevereiro 2020. Disponível em: <http://www.pordata.pt/>

RODRIGUES, T. (2010). Dinâmicas migratórias e riscos de segurança em Portugal. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional

RODRIGUES, T. (2012). "O Futuro (in) Certo das Dinâmicas Demográficas em Portugal", in Lopes, A, Teixeira, N., Viana, Vítor (Coord.), Contributos para Um Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, Atena, nº28, 205-230

RODRIGUES, T. (2018). Envelhecimento e Políticas de Saúde, Coleção Ensaios da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa

RODRIGUES, T., FERREIRA, S., GARCÍA, R. (2015). La inmigración en la Península Ibérica y los dilemas de la seguridad (1990-2030). Madrid: IUGM, Colección Investigación, 2015

RODRIGUES, T., HENRIQUES, F. (2017)). (Re)birth: desafios demográficos colocados à sociedade portuguesa. Lisboa: Plataforma para o Crescimento Sustentável- – Fundação Wilfried Martens Center for European Studies. Consultado em a 2 de julho de 2017. Disponível em http://www.crescimentosustentavel.org/media/Rebirth_pt_14jul2017.pdf.

RODRIGUES, T., HENRIQUES, F. (2017a). Será possível (re)birth? Desenho de propostas que sirvam de instrumento de apoio à tomada de decisão, Projeto. Lisboa: Plataforma para o Crescimento Sustentável- – Fundação Wilfried Martens Center for European Studies, WP3.

RODRIGUES, T., LEÃO, C. (2016). State and Health. Portugal, 1900-2013. Political Stability and Economic Resources. *Hygiea Internationalis. Special Issue. Public Health in Portugal: Past and Future*, 12 (1): 41-68. Consultado em a 2 de abril de 2017. Disponível em <http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/v12/i1/hygiea16v12i1.pdf>.

RODRIGUES, T., MOREIRA, M. J. G. (2009). Realidades Demográficas. In T. Rodrigues ed al. (eds.) *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Afrontamento, 77-110

RODRIGUES, T., MOREIRA, M. J. G. (2011). «Portugal e a União Europeia: mudanças sociais e dinâmicas demográficas. In: T. Rodrigues e R. Perez. *Espanha e Portugal na União Europeia. Os caminhos da Convergência*. Porto: Edições Afrontamento: 29-48.

RODRIGUES, I., RIBEIRO, S. (2018). The use of Self-Organizing Maps in the analysis of crime data: mainland Portugal (2016) (com S. Ribeiro et all), *Open Data for Open Cities (OD4OC): Reuse of Open Data through Spatial Analysis*. https://www.mdpi.com/journal/information/special_issues/Open_Data_2018

RODRIGUES, I., RODRIGUES, T., MARTINS, M.R (2016). Impact of the demographic and educational structure on health outcomes: a prospective analysis for the Portuguese population. *Hygiea Internationalis. An Interdisciplinary Journal for the History of Public Health, Special Issue. Public Health in Portugal: Past and Future*, Vol. 12, nº1, pp.87-102. Disponível em: <http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/v12/i1/hygiea16v12i1.pdf>

ROSA, M. J. V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SEF (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Consultado em: 5 novembro 2015. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2019.pdf

SEFSTAT (2020). Portal de Estatística. Consultado em: 5 fevereiro 2020. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>

VINTÉM, J. M. (2008). Inquéritos Nacionais de Saúde: auto-percepção do estado de saúde: uma análise em torno da questão de género e da escolaridade. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 26 (2): 5-16.

WILSON, C. (2013). Thinking about pos-transitional demographic regimes: A reflection. Volume 28, article 46, paginas 1373-1388.